

# **Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil**

**Luiz Renato Vieira**

Análise do campo de produção cultural brasileiro, com destaque para o mercado editorial, entre as décadas de 1950 e 1970. O fio condutor da análise é a biografia do editor Ênio Silveira, através da qual se procura identificar o percurso de um segmento da intelectualidade brasileira frente às mudanças ocorridas na esfera política no país. O Golpe de Estado de 1964, então aparece como ponto de inflexão, não só na produção das idéias políticas, como também no âmbito da relação dos intelectuais com o Estado. O percurso profissional e ideológico desses personagens e de suas principais instituições, ao longo do processo político recente, permite entrever, dessa forma, aspectos da lógica que preside a dinâmica de legitimação e consagração intelectual vigente no cenário político brasileiro.

**Palavras-chave:** Ênio Silveira – biografia. Mercado editorial – Brasil. Editora Civilização Brasileira – história.

"Nenhum outro laboratório ou campo de aprendizagem servirá melhor de espelho para vermos, entendermos e amarmos o Brasil do que o escritório de um editor. Com o romancista, ele ausculta as angústias e as esperanças, os sofrimentos e alegrias do seu povo. Com o sociólogo, estuda os problemas da formação, desenvolvimento e futuro do país. Com os poetas, canta a ternura de nossas mulheres e embala-se no ritmo da nossa gente. Com o pintor e ilustrador analisa e marca os nossos tipos e os ambientes que constituem a característica de nossa paisagem humana. Mas o escritório de um editor ainda tem mais coisas. Tem, por exemplo, os jovens estudantes que ali vão, tímidos e indecisos, levar em humildes originais os melhores sonhos que os embalaram, as melhores esperanças do futuro".

José de Barros Martins, 1950

## **1 "UM ESCRITOR TRANSVIADO EM EDITOR"**

O editor é sempre uma figura-chave no mercado intelectual. A editora divide com a universidade, com as instituições de pesquisa e com determinados segmentos da mídia o poder de legitimar um intelectual em ascensão, de reforçar ou alterar posições no campo, sendo mesmo capaz de interferir de maneira privilegiada nas próprias regras que estruturam esse campo. O editor é o "homem que faz autores", um dos elos fundamentais entre os intelectuais e seu público - no caso brasileiro um setor bem definido do público consumidor de cultura em geral -, atuando diretamente nos processos de seleção dos candidatos à consagração.

Evidentemente, estando integrado a um campo, no sentido definido por Pierre Bourdieu<sup>1</sup>, que como tal é dotado de determinadas regras de funcionamento mais ou menos estáveis, está também sujeito às determinações e relações de poder aí estabelecidas. O editor é também, portanto, alguém que busca legitimação, e esta passa, em grande parte, pela sua competência em fazer as escolhas adequadas (em termos de autores, gêneros, temáticas, etc.) frente a um momento cultural e político dado, a uma determinada comunidade intelectual e a um público consumidor que não pode ser visto simplesmente como o pólo passivo no campo cultural.

A atividade editorial estabelece, portanto, uma interface entre o setor econômico e o campo intelectual, podendo oscilar entre esses dois extremos, assumindo matizes variados. O mercado de bens simbólicos articula o que Bourdieu chamou de dois "modos de produção cultural": a arte pura e a arte comercial. Trata-se, fundamentalmente, de um desdobramento da dupla natureza do bem simbólico, como mercadoria e como significação. Dois componentes que se influenciam mutuamente, mas que sempre preservam uma relativa autonomia.

---

<sup>1</sup> Este trabalho, versão modificada de um capítulo da tese de doutoramento apresentada pelo autor à Universidade de Brasília em 1996, tem como referência teórica central os trabalhos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, principalmente aqueles referentes às concepções sobre o mercado de bens simbólicos e os processos de legitimação em que se envolvem os agentes do campo de produção cultural.

No limite do nível "puro" da atividade editorial temos o editor engajado, o divulgador de cultura, em última instância incumbido da importante tarefa de ser o "criador de criadores". No outro extremo, encontra-se o profissional movido por interesses exclusivamente comerciais, conforme a caracterização estabelecida por Bourdieu (1994, p. 200): "editor é um eufemismo para comerciante de livros, ou comprador de força de trabalho literária". Evidentemente, esses "tipos puros" não encontram lugar no mundo empírico, e entre o idealista e o comerciante situam-se as figuras concretas que povoam o campo de produção cultural, impulsionadas tanto pelos princípios éticos, políticos e teóricos que procuram difundir, quanto pelos interesses mais imediatos, codificados pelas relações de poder ali estabelecidas. Além disso, tem-se que freqüentemente o editor também exerce, ou já exerceu, a atividade intelectual na qualidade de autor, o que torna mais complexa sua inserção no campo.

Convém observar que a lógica da articulação do funcionamento das duas instâncias que compõem o mercado cultural pode ser bem compreendida a partir do quadro mais geral da teorização de Pierre Bourdieu. Subjaz a essa reflexão a análise do processo de constituição do agente social. Dessa forma, movido por interesses materiais mais imediatos e, ao mesmo tempo, por uma motivação altruísta de fundo ético - também esta, bem certo, movida por uma vontade de legitimação socialmente determinada -, o editor se apresenta como uma figura que materializa a tensão inerente à constituição do agente social.

Se compreendermos que, não obstante a relativa autonomia do campo intelectual, este interage na dinâmica da vida social com outros espaços estruturados de relações de poder, e que o público consumidor de cultura está também sujeito, entre outras relações, àquelas engendradas no campo político, atuando como uma espécie de elemento de interseção entre os campos, perceberemos que o mercado intelectual está por sua vez sujeito a certas determinações externas. Em outras palavras, o editor, assim como o intelectual *stricto sensu*, dialoga com seu público e em parte subordina-se às condições simbólicas e econômicas estabelecidas no mercado. Estas não são, certamente, as únicas relações estabelecidas entre o campo intelectual e a esfera política. Essa articulação assume diversas nuances, da cooptação às formas mais violentas de repressão e censura, inviabilizando ou extinguindo projetos editoriais

inconvenientes às pretensões hegemônicas do poder estabelecido, ou, por outro lado, desenvolvendo esse setor da atividade intelectual como parte de uma política cultural específica.

Entre esses dois extremos existem inúmeras e complexas formas de relação do mercado editorial e de grupos intelectuais com o aparelho do Estado. Frequentemente diversas instituições vinculadas direta ou indiretamente ao poder político lutam pela hegemonia intelectual, e os projetos editoriais tornam-se, assim, o suporte de disputas ideológicas.

Embora a dualidade básica de todo o campo de produção cultural imponha a seus agentes a circulação e a construção de um discurso capaz de, ao mesmo tempo, engendrar estratégias concretas de inserção no campo e reafirmar constantemente seu compromisso com a arte "pura" (ou outras formas de produção intelectual, sempre produtos "elevados" que se devem ao talento do autor, distintos das simples elaborações do trabalho material), o ofício do editor, ou de todos aqueles que estão entre o criador e o consumidor, reveste-se de características especiais. A natureza de sua atividade é, também, inegavelmente econômica, e desconsiderar essa característica do mercado de bens simbólicos é também sinal de pouca habilidade. Cumpre, pois, gerir a face econômica da atividade apoiando-se em princípios que nunca poderão ser exclusivamente econômicos, sob o risco de que a editora assuma a feição de uma casa "comercial".

Neste sentido, o papel do editor é fazer a articulação das duas lógicas que presidem o funcionamento do mercado de produção cultural. Em Les règles de l'art (1992, p. 238), Bourdieu estabelece a relação entre o exercício desse papel e os processos de consagração que envolvem tanto o produtor quanto o comerciante da obra:

"(...) o comerciante de arte (*marchand*, editor, etc.) é inseparavelmente aquele que explora o trabalho do artista fazendo comércio de seus produtos e aquele que, colocando-o no mercado de bens simbólicos pela exposição, publicação ou encenação, assegura ao produto da fabricação artística uma *consagração* tanto maior quanto mais ele próprio for consagrado. Ele contribui para fazer o valor do autor que ele defende pelo simples fato de levá-lo à existência conhecida e reconhecida, de assegurar sua publicação (em sua editora, na sua galeria, em

seu teatro, etc.) oferecendo-lhe em garantia todo o capital simbólico que acumulou, e de fazê-lo entrar assim no ciclo da consagração que lhe introduz em companhias cada vez mais escolhidas e em lugares cada vez mais raros e procurados".

Assim, pela própria natureza de sua inserção no campo da produção cultural, o editor pode cumprir uma de suas mais importantes funções: a de atuar como intermediário no contato do autor com seu público, ocupando-se das questões pragmáticas que envolvem a produção do livro e sua inserção no mercado, preservando, assim, no autor, a aura de "desinteresse" que cerca a atividade intelectual<sup>2</sup>.

O mercado editorial, como outras esferas da produção cultural, tem essa interessante peculiaridade de combinar características de mercado de bens simbólicos com regras de funcionamento estritamente econômicas, e o sucesso de uma iniciativa nesse setor sempre depende da adequabilidade de um determinado programa editorial ao momento cultural e político e às características do mercado consumidor. Em outras palavras, depende-se de um conhecimento satisfatório acerca da competência cultural e das categorias de percepção e de apreciação do público visado. Quando se trata de uma editora como a Civilização Brasileira, voltada para a camada mais intelectualizada e acadêmica do mercado - mas, não obstante, fazendo concessões a lançamentos mais comerciais "para fazer caixa", como veremos adiante -, tem-se aí o componente das demandas e da crítica de um segmento politizado do público leitor.

Ênio Silveira é um editor cujo percurso político, intelectual e empresarial ilustra de maneira exemplar essas questões, relativas ao funcionamento do campo intelectual e do mercado editorial, assim como suas interfaces com o campo político. Sua biografia evidencia o cruzamento da atuação de um agente político efetivamente engajado no movimento nacionalista nos anos 50 e na luta pela reconstrução da democracia após o

---

<sup>2</sup> Veja-se que reflexões dessa natureza são aplicáveis, no seu conjunto, à atividade de produção intelectual de cunho político em sentido estrito, desde que percebamos que o *continuum* estabelecido entre os pólos da "arte pura" e da "arte comercial" corresponde à oposição entre uma tomada de posição política "por princípio" e aquela motivada por interesses imediatos relativos à inserção no campo intelectual.

golpe de Estado, com as preocupações mais específicas referentes à estruturação de um campo intelectual<sup>3</sup>.

Dessa forma, sua trajetória pessoal e a história da Editora Civilização Brasileira, mais do que revelarem simples estratégias de sobrevivência nos mercados econômico e simbólico, demonstram uma opção moral - enquanto conjunto de valores tomados como referência para a ação individual - construída a partir de uma concepção política que, de certa forma, se chocava com as configurações vigentes do pensamento e da prática política da esquerda. Para Ênio Silveira, o livro era um instrumento privilegiado na luta política, mas, antes disso, na própria construção do homem enquanto tal. É a partir desse raciocínio que se pode compreender sua concepção da atividade editorial:

"Sempre tive uma auto-imposta visão ética da minha profissão de editor. Acho que ser editor num país como o Brasil, em qualquer lugar do mundo eu diria, mas particularmente num país como o Brasil, impõe a obrigação de querer transformar esta sociedade, melhorá-la, aprimorá-la. Tudo o que pude fazer como editor foi nesse sentido. Sem medir sacrifícios" (Silveira, 1992, p. 99).

Sua atuação à frente de órgãos de representação do setor livreiro, como a Câmara Brasileira do Livro, da qual foi um dos fundadores em 1946, e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), que presidiu de 1952 a 1958, demonstram que, ao lado dos problemas políticos, questões "profanas" também foram objeto de sua preocupação, tais como a luta junto ao governo, no período Kubitscheck, pela obtenção de facilit-

---

<sup>3</sup> Na última entrevista que realizamos com Ênio Silveira, em 05/01/96, o editor nos informou que, após anos de insistência de seus amigos, estava finalmente preparando uma autobiografia ("Eu devo dizer que sou uma das poucas pessoas no Brasil que não elevam a sua biografia a um nível mitológico. (...) Acho que a vida é um processo contínuo. Viver é um processo dialético de a cada dia você ter que enfrentar uma realidade que muda a cada instante"). Infelizmente não pôde concluí-la, embora tenha sido noticiado pela imprensa, logo após seu falecimento (11/01/96), que a Civilização Brasileira publicaria um volume sobre a vida do editor. A reconstituição de aspectos biográficos de Ênio Silveira foi realizada, portanto, com base nas entrevistas realizadas em quatro oportunidades, entre 1992 e 1996, no escritório da Editora Civilização Brasileira, na movimentada Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. Serviram, também, de fonte de informações biográficas os depoimentos e alguns pequenos escritos autobiográficos do editor (Silveira, 1990, 1992a, 1992b, 1993a e 1993b, e 1996), e os dados apresentados por Hallewell (1985).

dades para a importação de papel, redução da carga tributária sobre o setor gráfico e editorial, etc.

Dotado de uma formação cultural privilegiada - capital simbólico de origem familiar e devido a uma boa formação intelectual, que inclui cursos no exterior -, Ênio Silveira tornou-se um editor atípico: lia, traduzia, fazia as vezes de copidesque e em alguns casos chegava mesmo a interferir no conteúdo da obra, opinando e dialogando com o autor. Na caracterização de Nelson Werneck Sodré, ao comentar uma das inúmeras orelhas escritas por Ênio para os livros da *Civilização Brasileira*, tratava-se de um "escritor transviado em editor" (Sodré, 1965b, p. 157).

A Editora *Civilização Brasileira* tornou-se um dos marcos de uma época. Símbolo de resistência ao autoritarismo, esta casa aglutinou os principais intelectuais que, no Rio de Janeiro, se opunham ao Regime Militar, dando continuidade à efervescência iniciada nos anos 50 e alimentada pelo nacionalismo desenvolvimentista. Ênio Silveira foi uma peça importante nas mudanças ocorridas no cenário intelectual brasileiro cujos atores - considerado um determinado segmento -, pouco a pouco, foram substituindo as ilusões do desenvolvimentismo por uma interpretação mais politizada, que partia do reconhecimento da condição do Brasil como país subdesenvolvido para formular propostas de mudança social. Tratava-se de catalisar o espírito de mudança em vigor na sociedade brasileira, e, em se tratando do campo intelectual do Rio de Janeiro, via de regra, isso ocorreu em intimidade institucional com a política:

"(...) a editora era uma editora com uma linha de esquerda, não exclusivamente, ortodoxamente de esquerda, mas sobretudo e ortodoxamente numa linha não partidária. Porque eu não queria de maneira nenhuma ser submetido a limitações e restrições partidárias que me poderiam tolher todo este desejo de contribuir para o arejamento dos espíritos no Brasil" (Silveira, 1992, p. 62).

Na condição privilegiada de editor, veremos que Ênio Silveira atuou na organização desse debate, favorecendo o fortalecimento de um pensamento crítico e "progressista", que transborda os limites da academia e das instituições políticas *stricto sensu* para ganhar espaço no meio estudantil e entre os trabalhadores. Ênio Silveira se vê, então, imbuído dessa missão, a de dinamizar o fluxo de idéias apontando o arbítrio do poder

## Ênio Silveira e a Civilização Brasileira

instituído e as graves desigualdades que marcavam - e marcam, hoje de maneira mais intensa - a sociedade brasileira. O livro, acreditava o editor, seria um instrumento fundamental neste processo. "Era preciso desmistificar o livro, privilégio da classe dominante, fazer o povo ler", afirmou em entrevista, ao recordar medidas que adotou, como a publicação de livros de bolso, de baixo custo, sobre temas políticos e sociais.

A análise da trajetória de Ênio Silveira e da história da Editora Civilização Brasileira evidencia uma clara continuidade entre a mobilização pela causa nacionalista ao longo dos anos 50 e o desenvolvimento de uma cultura revolucionária que floresce nos anos 60 e se intensifica com a instalação do governo militar. Como veremos adiante, as diversas iniciativas editoriais da Civilização Brasileira dão conta dessa radicalização e de uma firme disposição de enfrentamento em relação ao governo autoritário instalado em 1964.

O surgimento da Revista Civilização Brasileira, por exemplo, em 1965, deve-se diretamente à atuação de Ênio Silveira, que figura como seu "diretor-responsável". Com a revista, surge um dos mais importantes canais de manifestação de setores intelectuais insatisfeitos com a situação política instalada com o Golpe, mas não é apenas esse o fator determinante de seu aparecimento. Trata-se, sobretudo, de uma interferência pessoal de Ênio Silveira, que se apresentava como o intelectual capaz de posicionar-se à frente de uma iniciativa dessa natureza. Como nos afirmou Leandro Konder, que veio a aproximar-se da Editora Civilização Brasileira logo após o Golpe de Estado de 1964:

"Outro aspecto importante é que também entram muito as relações pessoais aí. O Ênio era uma pessoa que se dava com muitos intelectuais. Muitos intelectuais brigados uns com os outros tinham em comum a relação com o Ênio e ele cultivava essas relações, como editor e como político. E ele próprio, não sendo escritor, não tinha aquelas rivalidade literárias"<sup>4</sup>.

Sem dúvida, a Revista Civilização Brasileira é produto dessa situação muito particular, engendrada pelo fato de Ênio Silveira reunir as condições de intelectual engajado e de editor, que tem acesso às condições institucionais e o prestígio necessário para acolher autores num momento tenso

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 28/12/95.

da vida política brasileira. É fruto também de outra trajetória político-institucional, a da Editora Civilização Brasileira e de seu papel no mercado editorial brasileiro, destacando-se por intensificar a discussão sobre os problemas nacionais e por divulgar obras de orientação marxista. A editora, cuja história examinaremos em detalhe mais adiante, foi o ponto de encontro de diversos intelectuais que, vendo limitadas as oportunidades de divulgação de suas obras e idéias, para lá se dirigiam à busca de condições que permitissem a continuidade do exercício da atividade intelectual. Ênio Silveira também procurou, numa atitude mais inspirada em seus ideais políticos e em laços de amizade pessoal do que em suas responsabilidades de administrador, dar condições de sobrevivência econômica a diversos intelectuais que perderam seus empregos com o advento do Regime Militar, como, por exemplo, Antônio Houaiss, a quem Ênio Silveira encomendou a tradução de *Ulysses*; Dias Gomes, que havia sido demitido da Rádio Nacional; Leandro Konder, que fez diversos trabalhos de revisão de originais; e Paulo Francis, que prestava consultoria quanto a obras a serem publicadas pela editora. Muitos desses intelectuais registraram sua admiração pelo papel exercido por Ênio Silveira, principalmente nos anos 60, enquanto divulgador da cultura e combatente pela restauração da democracia<sup>5</sup>.

## 2 ÊNIO SILVEIRA E A EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Nascido numa família tradicional paulista em 1925, Ênio Silveira foi herdeiro de um capital cultural que o predispunha à atividade intelectual. Seu avô, Valdomiro Silveira, foi Secretário da Educação, da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo e deputado estadual. Desenvolveu também carreira literária - era membro da Academia Paulista de Letras -, sendo considerado um dos precursores da literatura regional brasileira, e era editado pela Companhia Editora Nacional. O tio-avô de Ênio, Alarico Silveira, foi Secretário da Presidência de Washington Luis e

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Ferreira Gullar (1996), Antônio Houaiss (1996), Paulo Francis (1994), Dias Gomes (1996), Carlos Heitor Cony (1996), Leandro Konder (1996), Roland Corbisier (1996), Antônio Callado (1996), Afonso Romano de Sant'anna (1996) e Moacir Werneck de Castro (1996).

## Ênio Silveira e a Civilização Brasileira

ministro do Superior Tribunal Militar. Dinah Silveira de Queiroz, prima do editor, foi uma importante romancista, projetando-se com Floradas na serra, de 1939, premiado pela Academia Paulista de Letras no mesmo ano, e A muralha, de 1954, ambos publicados pela José Olympio. Helena Silveira, prima de Ênio Silveira, foi jornalista e escritora, com uma importante atuação nos suplementos literários de jornais paulistas.

O editor, que gostava de lembrar essa herança familiar referente à vocação para a atividade intelectual, afirmou numa das entrevistas que realizamos:

“É evidente que eu sou produto de minha grei. Desde a minha mais tenra idade eu vivi num ambiente altamente cultural. Meu avô, Valdomiro Silveira, era escritor. Meu pai, advogado, era também contista. Meu tio Miruel era contista. Meu tio Agenor era poeta, meu tio-avô, enciclopedista e pesquisador. Então eu, desde menino, vivi num ambiente altamente culto, no qual o livro era a entidade máxima, à qual todos voltavam um respeito quase religioso. Assim, quando eu cheguei à idade da leitura, quando comecei a ler livros, meus presentes de aniversário eram livros. Quando eu cresci um pouco e comecei a estudar outras línguas, meu avô me deu a assinatura de um jornal e de uma revista francesa. Em casa, nossas discussões eram sempre voltadas para a coisa cultural. Eu sou um produto da minha família”.<sup>6</sup>

Ainda durante os estudos universitários, seu primeiro emprego foi de revisor no jornal Folha de São Paulo, após uma rápida e mal-sucedida experiência no setor de venda de imóveis na empresa de um tio. Em 1944, aos dezoito anos de idade, foi apresentado a Monteiro Lobato com o objetivo de obter uma melhor colocação profissional. Este, enquanto um dos responsáveis pela Companhia Editora Nacional, havia editado obras do avô de Ênio Silveira, o que de imediato estabeleceu um vínculo de simpatia, tendo como consequência uma indicação para que procurasse Octalles Marcondes Ferreira, com quem Lobato havia fundado a Companhia Editora Nacional, onde foi imediatamente contratado. Assim, Ênio Silveira era portador de um capital simbólico de origem familiar que lhe

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 05/01/96.

facilitou o acesso às instituições e a condições de trabalho privilegiadas: "Por uma concessão especial, sem sombra de dúvida devido ao prestígio de meu padrinho, e ao fato de meu avô ser um dos autores da casa, Octalles permitiu que eu trabalhasse apenas das 13 às 18 horas, podendo assim continuar os estudos" (Silveira, 1990, p. 35). Iniciava-se, assim, a carreira daquele que viria a ser um dos personagens mais importantes na história da vida editorial brasileira.

Sua ascensão na carreira de editor foi rápida. Após dois anos de trabalho na Nacional já ocupava uma das diretorias, responsabilizando-se pela política editorial da empresa até sua ida para os Estados Unidos, onde permaneceu por um ano e meio. Nessa ocasião, já havia se casado com Cléo, filha de Octalles, principal acionista da editora.

Ênio Silveira cursou a Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo - formação universitária que não chegou a concluir -, e deslocou-se em 1946 para Nova Iorque. A ida de Ênio Silveira para os Estados Unidos, componente fundamental de sua formação cultural e profissional, deveu-se, mais uma vez, à combinação de fatores de ordem familiar e profissional: o motivo imediato teria sido a necessidade de sua mulher permanecer naquele país ao lado do irmão, a pedido de Octalles. A partir dessa contingência, o editor, já casado, traçou planos para que esse deslocamento não o afastasse da atividade intelectual.

Assim, em Nova Iorque fez cursos de extensão em sociologia e antropologia cultural na Universidade de Columbia, onde, entre muitas outras relações pessoais estabelecidas no meio cultural norte-americano, tornou-se amigo de Frank Tannenbaum. Nesta mesma instituição cursou uma especialização em *book publishing*, ministrada por editores americanos. Um marco na sua formação teria sido o estágio que realizou na editora Alfred Knopf, cujo proprietário, particularmente interessado em problemáticas latino-americanas, Ênio Silveira já havia conhecido no Brasil. Enquanto aperfeiçoava seus conhecimentos na área editorial, prestava uma espécie de consultoria informal à Alfred Knopf, referente à publicação de autores brasileiros e latino-americanos.

O retorno dos Estados Unidos, em 1948, significou uma guinada na trajetória pessoal e profissional de Ênio Silveira. Seus planos consistiam em permanecer em São Paulo com a esposa, trabalhando na editora do sogro e, se possível, concluir seus estudos universitários, que haviam sido

interrompidos em virtude do período passado no exterior. No entanto, mais uma vez, Ênio se viu impelido a atender à solicitação de Octalles, que o tinha como pessoa de alta confiança e competência profissional.

Naquela época, a Civilização Brasileira não passava de uma subsidiária da Companhia Editora Nacional no Rio de Janeiro, sem uma linha editorial própria, encarregando-se de distribuir os livros desta casa, principalmente no setor didático, e tendo como principal publicação o Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa. Octalles Marcondes Ferreira viu em Ênio Silveira o profissional capaz de reverter a situação da Civilização que, mesmo não sendo deficitária, deveria, no entendimento de seu acionista majoritário, passar a ter uma identidade editorial própria ou ser definitivamente incorporada à pessoa jurídica da Nacional. Desafios dessa natureza estavam bem ao gosto do jovem Ênio Silveira, retornando dos Estados Unidos com idéias revolucionárias do ponto de vista editorial:

"Procurei então dar à empresa uma feição mais agressiva em termos editoriais, e logo percebi que um dos problemas mais graves era a sua condição de apêndice da Companhia Editora Nacional. A Civilização Brasileira ficava, por assim dizer, com apenas o refugio do que a outra publicava. Valendo-me dos cursos que fizera nos Estados Unidos e da minha prática na Editora Knopf, comecei uma série de pequenas, mas altamente bem-sucedidas, revoluções (...). Até meu sogro se horrorizou" (Silveira, 1990, p. 36).

Esse período vivido nos Estados Unidos seria verdadeiramente marcante, redefinindo seus objetivos profissionais e acelerando uma opção definitiva pela carreira editorial:

"(...) a essa altura eu já sabia que não ia seguir carreira de sociólogo, nem ser professor, nada disso, não ia adotar o magistério como profissão. Eu já estava apaixonado pelo livro e gostando muito do que eu fazia na editora, então queria virar editor mesmo" (Silveira, 1992, p. 38).

As sucessivas oportunidades de acesso a postos de destaque surgidas junto às editoras Nacional e Civilização Brasileira, pela interferência direta de Octalles Marcondes Ferreira, conduziram um intelectual em formação, ligado ao Partido Comunista, à atividade empresarial. Tudo

indica que suas condições financeiras o impulsionaram na mesma direção, apontando a possibilidade de uma significativa melhoria em seu padrão de vida.

A origem familiar configura um importante elemento para a compreensão da trajetória desse intelectual. O fato de procurar emprego aos dezoito anos de idade, ainda enquanto estudante universitário, atesta a sua condição familiar de classe média e a necessidade de procurar conciliar um direcionamento para a atividade intelectual - provavelmente presente na sua opção pelo curso na Escola Livre de Sociologia e Política, que então procurava se afirmar como uma instituição formadora de sociólogos profissionais - com seu interesse por questões sociais e políticas e sua condição financeira. Essa contradição seria resolvida com a opção pela carreira de editor.

Ao comentar seu início na carreira editorial, no contato com Monteiro Lobato - que lhe narrava suas operações na bolsa de valores norte-americana -, Ênio Silveira admite: "No momento não tenho vergonha de dizer que fiquei inebriado pela facilidade de ganhar dinheiro" (Silveira, 1992, p. 24). Dessa forma, a atividade editorial se apresentava como uma espécie de ponto ótimo no cruzamento das escalas de legitimação intelectual e de obtenção de benefício econômico, isto é, a união de um ramo profissional (e, mais tarde, empresarial) rentável com um posto de destaque no mercado intelectual. Essa posição no campo intelectual passou a associar-se, cada vez mais, a uma determinada postura política, que viria a definir o perfil da Civilização Brasileira.

É interessante perceber que em diversas passagens em sua carreira, destacadas com especial ênfase em seus depoimentos, Ênio Silveira procura uma compensação para sua opção, como se acreditasse poder, de certa forma, neutralizar a imagem de administrador que, no mercado cultural, se opõe à legitimação pela condição de intelectual:

"Eu devo dizer que nesta altura, numa atitude coerente com minhas idéias, mas empresarialmente danosa, esses Cadernos<sup>7</sup> e outros livros eram vendidos praticamente pelo custo.

---

<sup>7</sup> Ênio Silveira se refere aos *Cadernos do Povo Brasileiro*, editados pela Civilização Brasileira de 1962 a 1965. Eram pequenos livros destinados à classe trabalhadora, tratando de temas políticos, sociais e econômicos numa perspectiva nacionalista e de esquerda. Uma

Não davam lucro nenhum. Ora, não podíamos nos esquecer, e ainda não podemos nos esquecer hoje, que a sociedade brasileira é uma sociedade ainda inserida nos moldes capitalistas. Conseqüentemente você tem custos, você tem renda e tem a margem de lucro que sustenta a continuidade de suas operações. Eu fui muito coerente com minhas idéias, mas admito que não fui um bom administrador, eu reconheço isso. Mas me orgulho de ter feito e faria novamente"<sup>8</sup>.

Nesse sentido, o discurso busca capitalizar um investimento simbólico realizado na publicação de textos engajados, que foram de fato fundamentais para a definição da identidade política da Civilização Brasileira, apresentando análises da conjuntura nacional que alertavam para a gravidade da situação política. Um dos melhores exemplos é o profético volume escrito por Wanderley Guilherme dos Santos, em 1963, para a coleção Cadernos Povo Brasileiro, intitulado Quem dará o golpe no Brasil. No entanto, o que convém ressaltar a propósito da afirmação de Ênio Silveira acima apresentada é a sua relação com a dualidade do livro como produto material e simbólico, enquanto mercadoria e portador de significado sendo assim sujeito a duas lógicas distintas, por vezes antagônicas<sup>9</sup>.

Assim, o lucro se justifica enquanto conseqüência de uma iniciativa cultural movida por valores éticos e políticos elevados, mas não como um fim em si. O exercício da atividade intelectual e os processos de legitimação nesse campo impõem a negação dos fatores econômicos enquanto princípio, estabelecendo o que Bourdieu denominou "economia renegada" (Bourdieu, 1992, p. 211 e seg.).

---

das várias prisões de Ênio Silveira, em julho de 1965, foi motivada pela publicação desses Cadernos, considerados no IPM como "material subversivo".

<sup>8</sup> Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 22/05/92. Note-se, aqui, a semelhança com a declaração de um outro editor, refletindo um certo conjunto de características que marcam universalmente o campo de produção cultural, em virtude de uma dualidade básica, que caracteriza os bens simbólicos, enquanto mercadoria e significação: "Em um outro domínio, eu tive a honra, senão o prazer, de perder dinheiro fazendo traduzir os dois volumes monumentais de Hemingway de Carlos Baker", Robert Laffont, citado em epígrafe por Bourdieu (1992, p. 201).

<sup>9</sup> Sobre a lógica do funcionamento do mercado de cultura e o duplo caráter do bem cultural, como mercadoria e como significação, ver Bourdieu (1992), especialmente Le marché des biens symboliques (p. 201-245).

Ênio Silveira tomou-se responsável pela Civilização Brasileira em 1951, inicialmente enquanto segmento da Companhia Editora Nacional, sem qualquer participação acionária. Deu início a toda uma renovação nos processos editoriais da empresa, incorporando novos autores, modificando o padrão gráfico dos livros e, sobretudo, dando destaque a problemáticas brasileiras dentro de um enfoque nacionalista de esquerda.

Conforme procuraremos demonstrar nas próximas páginas, o editor vive, ao longo de toda a década de 50, o que poderíamos chamar de período de investimento ou acumulação simbólica, que se define, no caso estudado, por duas características fundamentais: por um lado, a definição das linhas gerais da perspectiva política da editora, estabelecendo um corte com o período anterior, em que a Civilização dividia com a Nacional a responsabilidade pela publicação de literatura ficcional e de obras clássicas sobre temas brasileiros, e, por outro, a formação de um plantel que incluía jovens intelectuais engajados<sup>10</sup> e autores consagrados, quase todos de alguma forma vinculados ao nacionalismo, em suas diversas acepções em vigor no período. Esse quadro de autores, por sua vez, será fundamental na definição do perfil da editora.

A adoção pessoal de uma postura política nacionalista de esquerda é, na realidade, anterior ao envolvimento de Ênio Silveira com a atividade editorial. Suas ligações com o Partido Comunista, então ilegal, datam da época da realização de seu curso universitário, durante o Estado Novo, quando, em virtude da militância, foi preso pela primeira vez em São Paulo em 1941 - no seu discurso, esse primeiro encarceramento funcionará como uma espécie de rito de iniciação no mundo político, definindo os traços de uma identidade que se aprofunda ao longo de sua carreira.

É difícil estabelecer o momento a partir do qual Ênio Silveira passa a integrar formalmente o PCB. Na realidade, sua inserção no Partido Comunista não foi aquela de um militante típico dos anos 50 ou 60. Ao contrário, não obstante suas fortes ligações com a comunidade intelectual de esquerda, o editor reagia sempre que ocorria uma iniciativa mais arrojada do Partido no sentido da utilização da estrutura da Civilização Brasileira na divulgação da doutrina da instituição através de periódicos como a Revista

---

<sup>10</sup> Pode-se citar, entre outros autores que iniciaram suas carreiras incentivados por Ênio Silveira, Paulo Francis, Leandro Konder e Carlos Heitor Cony.

Civilização Brasileira. O Partido, não obstante, não podia prescindir da colaboração do editor, sobretudo em virtude da respeitabilidade já obtida por este no meio intelectual:

“Quando eu estava na Escola Livre de Sociologia e Política eu não era membro do PCB ainda. Eu era o que se pode chamar de um simpatizante ativo. Em outras palavras, eu freqüentava reuniões de comunistas, de pessoas de esquerda em geral, mas onde havia notórios comunistas. A coisa foi avançando e eu, me convencendo da necessidade de um engajamento político, acabei, nos anos da guerra, ingressando no Partido. E foi desde então, até a última assembléia, quando ele deixou de ter o nome Partido Comunista Brasileiro para adotar o nome que tem hoje, Partido Popular Socialista. Eu deixei porque eu disse que isso é uma contrafação, isso não é nem carne nem peixe, e eu não estou nisto”.<sup>11</sup>

O irreverente Carlos Heitor Cony salientou as tensões entre Ênio Silveira e o PCB, afirmando ter sido o editor “o único sujeito da história que comprou uma briga absurda com o Partido Comunista para ser comunista e entrar no Partido - que, diga-se de passagem, não o merecia” (Cony, 1996). Também Moacir Werneck de Castro, jornalista que nos anos 60 foi redator-chefe da Última Hora<sup>12</sup>, destacou o caráter conflituoso da relação de Ênio com o Partido: “E, como político, sua incapacidade de se enquadrar na ortodoxia levava os dirigentes burocratas do PC a ver nele uma ovelha sempre pronta a se desgarrar do rebanho” (Castro, 1966).

Mais tarde, durante a temporada que passou nos Estados Unidos, Ênio Silveira freqüentou o partido comunista norte-americano, o que teria contribuído para o “aprofundamento da [sua] posição ideológica”:

“Ligado à esquerda desde os tempos universitários, é curioso notar que esses contatos com a área socialista haviam amadurecido e intensificado em Nova York, onde meus amigos

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 05/01/96.

<sup>12</sup> Moacir Werneck de Castro escrevia sob o pseudônimo de Miguel Neiva. Cabe lembrar que, no mesmo jornal, escrevia também, entre outros, Sérgio Porto (o famoso Stanislaw Ponte Preta, autor do FEBEAPÁ). Alguns dos artigos desses autores foram reunidos no volume O Golpe de 1964: a imprensa disse não, organizado por Thereza Cesário Alvim (1979) e editado pela Civilização Brasileira.

mais próximos, judeus e negros como os escritores Howard Fast, Richard Wright, Langston Hughes e o compositor Marc Blitzstein, eram comunistas. E assim iniciei a publicação de numerosos autores nacionais e estrangeiros ligados a essa corrente ideológica, como Roger Garaudy, Antonio Gramsci, Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Ruy Facó e dezenas de outros. Fazia-o sem qualquer sectarismo, porém, pois sempre entendi que posições estreitas e dogmáticas eram antagônicas ao verdadeiro socialismo e ao espírito democrático que, em numerosos textos de apresentação dos livros que lançava, eu fazia questão de promover" (Silveira, 1992b, p. 160).

Segundo declarou em entrevista, ao ser admitido na Nacional, e "já sendo conhecido como uma pessoa de esquerda", assumiu o compromisso de não permitir que suas posições políticas interferissem em sua atividade profissional, o que acredita ter cumprido até o momento em que assumiu a direção da Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro: "Como eu me mudei para o Rio e comecei a ter, digamos, as asas livres para o meu próprio vôo, então eu não senti mais nenhum impedimento"<sup>13</sup>.

Neste sentido, a Civilização Brasileira ia tomando a forma de um projeto pessoal de Ênio Silveira, que as excelentes condições do mercado e o ambiente político permitiam concretizar: "Quanto mais a Civilização Brasileira se desenvolvia em todas as áreas (editorial, livreira, distribuidora, antiquariado), quanto mais ela se erguia como empresa, mais profundamente eu me via ligado a ela e a seu destino" (Silveira, 1993b, p. 15).

De fato, Ênio Silveira teve um papel marcante na história da indústria editorial brasileira, sendo necessário mostrar que os fatos nos obrigam a discordar do que afirmou em relação à sua capacidade administrativa. Seu perfil profissional reúne uma atuação marcada pela contestação política a uma visão comercialmente arrojada. Tendo vivido um momento de intensa renovação do mercado editorial, Ênio Silveira soube conciliar sua visão política com as necessidades do mercado, explorando com grande sucesso diversos setores do comércio livreiro: livros didáticos (lançou a revista Atualidades Pedagógicas e criou um departamento de atendimento a professores, cuidando inclusive de orientá-los quanto aos então comple-

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 22/05/92.

xos procedimentos burocráticos para o registro profissional), *best-sellers*, literatura latino-americana, diversas coleções, e uma grande ênfase em autores nacionais. A Coleção Vera Cruz, por exemplo, iniciada com o romance O encontro marcado, de Fernando Sabino, publicou cerca de trezentos títulos de autores brasileiros<sup>14</sup>, um feito editorial significativo. Entre os inúmeros *best-sellers*, um dos grandes sucessos de vendagem da editora foi O advogado do diabo, de Morris West, que vendeu 250.000 exemplares.

A Civilização Brasileira firmou-se no mercado editorial como uma casa voltada sobretudo para a publicação de autores nacionais e de temáticas ligadas às ciências sociais e à política, à análise da realidade brasileira assim como também para a divulgação de obras de conteúdo marxista, dos clássicos do socialismo aos pensadores contemporâneos. No campo da literatura brasileira, por exemplo, a casa editava autores como Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, Dias Gomes, Millôr Fernandes, Flávio Rangel, vindo a tornar-se, segundo a avaliação de Lawrence Hallowell (1985, p. 447), "o canal mais importante para a literatura moderna brasileira nos anos 60".

Essa característica do programa editorial da Civilização Brasileira, ou seja, a opção pela literatura e por obras consagradas da cultura universal, evidencia a complexidade da inserção cultural e política de Ênio Silveira, para além do que se pode entender por um "intelectual orgânico". Paralelamente ao incentivo aos novos autores e a um trabalho de divulgação de obras de conteúdo marxista - e, note-se bem, de uma série de livros de denúncia do autoritarismo no período pós-64<sup>15</sup> -, o editor ampliava o espaço da literatura no seu catálogo, publicando autores como Ernst Hemingway, Scott Fitzgerald, William Faulkner, Hermann Hesse e Aldous Huxley.

No plano ideológico, a linha adotada pela editora reflete a trajetória político-intelectual de Ênio Silveira e a interpretação de um determinado

---

<sup>14</sup> Outras coleções da Civilização Brasileira que obtiveram grande sucesso foram a Panorama do Conto Brasileiro, Poesia Hoje, Novela Brasileira e Teatro Hoje, todas lançadas nos anos 60.

<sup>15</sup> Ver, por exemplo, O Golpe começou em Washington (1965), de Edmar Morel, O Golpe de abril (1965), de Edmundo Moniz e Política e revolução social no Brasil, de Octavio Ianni, Francisco Weffort e outros.

segmento das esquerdas brasileiras quanto à realidade nacional. Sua ênfase na publicação de autores marxistas adequava-se ao debate então existente no país e pouco a pouco definia a identidade política da editora. Não obstante, sendo vinculado ao Partido Comunista Brasileiro, em várias ocasiões Ênio Silveira sofreu pressões e críticas em virtude de suas opções editoriais.

Ao mesmo tempo, a editora Civilização Brasileira, pelas posições políticas que defendia, pelo seu envolvimento com o Governo Goulart, passou a ser vista pelo governo militar como órgão do Partido Comunista - que, na realidade, já utilizava o sinete da Editorial Vitória -, o que explica parcialmente o fato de ter merecido uma especial atenção na forma de censura, pressão sobre livreiros, atentados à bomba e outras medidas repressivas. No entanto, como enfatiza Ênio Silveira e se comprova pelas publicações da editora no período, a adoção de uma linha editorial de esquerda não implicava necessariamente a defesa das posições políticas oficiais do Partido:

"Eu não era um sectário, e nunca fui um sectário, a edição dos livros do Deutscher o demonstra, como o demonstram também numerosos outros livros de autores não marxistas, marxistas mas dissidentes e marxistas heterodoxos que eu publiquei. Anos depois eu publiquei, por exemplo, o Gramsci"<sup>16</sup>.

Enquanto diretor da Civilização Brasileira, Ênio Silveira estava sujeito às críticas de Octalles Marcondes Ferreira quanto à sua política editorial. Embora este, no período em que manteve a sociedade com Ênio (de 1951 a 1963), não tenha chegado a impor suas posições políticas sobre a Civilização - é muito provável que as relações familiares tenham reduzido a possibilidade de conflito entre os dois -, convém ressaltar a acentuada divergência ideológica existente entre eles. Octalles tinha uma posição política discreta e conservadora, tendo sido colaborador do IPES na área editorial durante o ano que antecedeu o Golpe de Estado. Não houve, porém, de sua parte um engajamento mais intenso na mobilização das forças conservadoras antes de 1964 e tampouco durante a ditadura.

Para Octalles Marcondes Ferreira, Ênio representava uma vanguarda em conflito com suas posições políticas conservadoras, embora reconhe-

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 22/05/92.

## Ênio Silveira e a Civilização Brasileira

cesse sua competência profissional, o que se comprova pelo convite para que este assumisse a direção da empresa no Rio de Janeiro. Mas o reconhecimento da capacidade administrativa do jovem editor e a relação familiar não impediram que as suas posições políticas, no plano pessoal, e a linha editorial adotada à frente da Civilização Brasileira gerassem vários conflitos, que culminariam com o desligamento da Companhia Editora Nacional.

Portanto, à medida em que Ênio Silveira, na direção da Civilização Brasileira, definia sua opção pela divulgação de interpretações nacionalistas dos problemas brasileiros e de obras de autores marxistas, e paralelamente ao agravamento da situação política do país, as diferenças ideológicas iam sendo acentuadas. O editor relata alguns casos de veto, por parte de Octalles, em relação às suas propostas de publicação, o que o teria motivado, finalmente, a propor ao sogro a compra de suas ações da empresa. Após ter adquirido as ações do irmão de Octalles, comprou pouco a pouco a participação do sogro - "foi um negócio de pai para filho", afirmou -, tornando-se acionista majoritário e, mais tarde, único proprietário da empresa.

Na verdade, um incidente anterior, relativo à distribuição dos livros didáticos da Nacional nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, já havia colocado em pauta o possível desligamento institucional da Civilização Brasileira em relação à editora dirigida por Octalles. A decisão final quanto ao rompimento do vínculo entre as duas casas foi consequência da publicação dos provocadores Cadernos do Povo Brasileiro, que tiveram enorme repercussão e viriam, mais tarde, a motivar IPM contra Ênio Silveira.

Ao longo dos anos 50, Ênio Silveira firmou-se como editor bem-sucedido, tornando-se um importante representante do setor livreiro. Aos vinte e seis anos de idade tornou-se presidente do órgão oficial da categoria, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), e permaneceu no cargo de 1952 a 1958, como já foi mencionado<sup>17</sup>. Este sindicato e a Câmara Brasileira do Livro eram os principais órgãos de representação da

---

<sup>17</sup> À época, o órgão era denominado Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais. De 1952 a 1954 Ênio Silveira ocupou, na realidade, o cargo de vice-presidente, mas exercendo, de fato, a presidência da entidade (*Jornal do SNEL*, ano 8, n. 3, nov. 1981).

área editorial, exercendo papel fundamental durante o governo Juscelino Kubitschek, que veio a tomar uma série de medidas favoráveis ao setor como, por exemplo, a abolição dos impostos alfandegários sobre livros estrangeiros, redução de tarifas postais para livros, isenção do setor livreiro e da indústria de papel para livros de quase todos os impostos, e uma política de subsídio do papel brasileiro para competir com o produto importado.

É notável a importância que Ênio Silveira adquire no campo intelectual do Rio de Janeiro ao longo dos anos 50, tanto a partir de iniciativas pessoais de atuação política e de promoção cultural quanto à atividade editorial propriamente dita. É importante destacar que a Editora Civilização Brasileira tornou-se o ponto de encontro de vários dos mais destacados representantes de toda uma geração intelectual, articulando integrantes, e depois egressos, do ISEB, do CPC da UNE, do *Correio da Manhã*, e também diversos intelectuais vinculados ao PCB. É fundamental, no entanto, conhecer melhor a trajetória de Ênio Silveira para o entendimento da formação desse pólo de cultura e de contestação.

É nesse quadro que se pode compreender a conversão de Ênio Silveira de intelectual consagrado, ao longo da década de 50 e durante o governo Goulart, em intelectual maldito, após o Golpe de Estado. Como já vimos, o programa editorial da Civilização Brasileira refletia diretamente, e intensificava, o clima de agitação política e cultural existente no país. E, em muitos pontos também, adequava-se à política populista de Goulart, o que criou a imagem da instituição como o "braço editorial" do governo. Especulou-se, por exemplo, quanto a uma indicação, que não veio a se confirmar, de Ênio Silveira para o cargo de Ministro da Educação de João Goulart<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Ênio Silveira afirmou ter confirmado pessoalmente em visita a João Goulart, já exilado no Uruguai, o fato de seu nome ter sido considerado para ocupar a pasta da Educação. Segundo o editor, o ex-presidente afirmou que, embora muito interessado em nomeá-lo, não pôde fazê-lo em virtude de resistências encontradas na área militar do próprio governo. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 05/01/96.

## 3 DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO

Após o Golpe de Estado, a Editora Civilização Brasileira passou a ser, então, alvo de uma série de iniciativas repressivas do governo militar. Muitas delas visavam pessoalmente Ênio Silveira, que, como muitos outros intelectuais brasileiros, sofreu diversas ameaças que pretendiam intimidá-lo em sua atividade editorial e política, e pressioná-lo a deixar o país.

Em seguida à primeira medida jurídica da ditadura, o *Ato Institucional nº 1*, de 9 de abril de 1964, o governo militar cassou os mandatos legislativos de sessenta e três deputados federais, dois senadores e dezenas de vereadores e suspendeu por dez anos os direitos políticos de cerca de quatrocentas outras pessoas, entre as quais Ênio Silveira, Edmar Morel, Guerreiro Ramos, Franklin de Oliveira e Nelson Werneck Sodré<sup>19</sup>.

Afastava-se assim, definitivamente, o perigo de que tais intelectuais e lideranças pretendessem exercer algum tipo de resistência no âmbito da política formal. Desta maneira tornava-se possível ao governo instalado com o Golpe (a reforma do sistema partidário, que extinguiu todos os antigos partidos e criou a Arena e o MDB, só viria a ocorrer em outubro de 1965, com o AI-2) colocar em marcha suas pretensões iniciais no sentido de preservar uma fachada democrática, mantendo as eleições previstas e algumas outras liberdades. Talvez seja mais correto, de fato, afirmar que havia, por parte do poder instituído, a intenção de lançar mão, gradualmente, de meios de controle sobre a sociedade civil à medida em que estes se fizessem necessários. Vários documentos editados pelos primeiros governos militares reforçam essa noção de "revolução como processo", como o preâmbulo do *Ato Institucional nº 2*, de outubro de 1965: "Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará. Assim, o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos".

Note-se, por exemplo, que o mesmo documento legal que atribui aos comandantes-em-chefe das três armas o poder constituinte - afirmando conceder legitimação ao Congresso Nacional, ao invés de dele recebê-la -

---

<sup>19</sup> As cassações tinham fulcro no art. 10 do AI-1. Foram baixados onze atos, sendo três pelo Comando Supremo da Revolução e oito pelo presidente Castello Branco. Um levantamento detalhado das cassações e suspensões de direitos políticos nos primeiros meses do Regime Militar pode ser encontrado em Balanço do expurgo (Morel, 1965, p. 248-259).

e o direito de cassar os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos afirma, já no artigo primeiro, estarem mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais. Além disso, o *Ato Institucional nº 1* institui, no artigo seguinte, eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República, cujos mandatos vigorariam até 31 de janeiro de 1966, respeitando o período em que o posto seria exercido por João Goulart. Convém também recordar que as eleições para governadores de onze estados previstas para 3 de outubro de 1965, apesar da Lei de Inelegibilidades imposta por Castello Branco, tiveram lugar, permitindo inclusive significativo avanço das oposições - a estrutura partidária ainda não havia sido modificada pelo AI-2 - nos estados da Guanabara e de Minas Gerais, com as vitórias de Negrão de Lima e Israel Pinheiro, respectivamente.

Neste sentido, o pronunciamento de Castello Branco alguns dias antes das eleições de 3 de outubro de 1965 é emblemático. Caracterizando o direito de voto a ser exercido como uma dádiva oferecida pelo "Governo Revolucionário", e sintetizando a concepção política de uma espécie de "democracia sob controle", afirma:

"Enganam-se os que porventura imaginem poder transformar-se em centro de apoio ou estímulo à subversão ou à corrupção à sombra de um resultado eleitoral. Nesse particular, podem estar tranquilos os revolucionários: jamais admitiremos que qualquer parcela de poder seja usada para fins inconfessáveis e capazes de comprometer a continuidade da Revolução".

Fica evidente que Ênio Silveira identificava essa contradição da ditadura e estrategicamente passou a lançar mão de todos os instrumentos legais disponíveis para denunciá-la. Além daqueles referentes ao cerceamento de suas liberdades individuais, o editor procurou também utilizar-se de medidas jurídicas que pudessem preservar o patrimônio da Civilização Brasileira, que via edições inteiras serem apreendidas, gerando enorme prejuízo que, a médio prazo, provocaria sua insolvência financeira. Assim, em maio de 1966 a empresa impetra mandado de segurança contra o Departamento Federal de Segurança Pública. Segundo a alegação da autoridade policial, as obras foram apreendidas porque buscavam "difundir doutrina veementemente repelida pelo povo brasileiro" e, além disso, porque, como parte de uma campanha deflagrada por nação estrangeira, agiriam no sentido de "desfigurar a Revolução de Março".

Observe-se que à época o artigo 12 do AI-2, de 27/10/65, já havia modificado a Constituição no que se refere à censura política, dando-lhe nova redação: "Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe". A exclusão da expressão referente ao incentivo ao uso de "processos violentos", que constava no texto original, deu margem à censura generalizada, a pretexto de impedir o avanço da "subversão". Discutia-se ainda, porém, a legitimidade dos critérios para classificação de uma obra como "subversiva", e quais seriam as instâncias judiciais competentes para assim classificá-las. O governo militar considerava o dispositivo constitucional auto-aplicável, e qualquer autoridade militar designada para conduzir IPM estava, de fato, autorizada a determinar diligências, apreensões e até prisões. Na realidade, verificou-se que o governo militar, mesmo provocado nesse sentido, não estava disposto a encaminhar essa discussão no plano jurídico. As ações ilegais continuaram a se produzir e culminaram com o fechamento do regime, em 1968.

Na realidade, as iniciativas do governo militar no controle dos órgãos de comunicação tiveram início no dia mesmo do Golpe de Estado. Os fuzileiros navais ocuparam as instalações dos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa e Última Hora. Durante o governo Castello Branco, a censura ocorre de maneira pontual e assistemática, mas aos poucos vão sendo elaborados os instrumentos legais e institucionais para minar as manifestações de resistência, que se acentuam, ao regime. Mais adiante veremos como essas ações se processaram especificamente sobre a Editora Civilização Brasileira. Por ora, é suficiente recordar que, já em 1967, é baixada a Lei de Imprensa, que dá a medida do que está por vir. A divulgação de eventuais crimes cometidos por determinados integrantes do governo, ainda que fundamentada em provas irrefutáveis, estava proibida; "não se admite prova da verdade" quando se tratar do presidente da República, Ministros de Estado, presidentes do Senado e da Câmara, chefes de Estado ou governos estrangeiros e representantes diplomáticos.

Mais tarde, a *Lei de Segurança Nacional* (Decreto-Lei n. 898, de 29/09/69), sob a égide do AI-5, estabelecerá em seu artigo primeiro que "todo cidadão é responsável pela Segurança Nacional". Extremamente detalhada ao elencar os "crimes contra a segurança nacional" e, ao mes-

mo tempo, suficientemente vaga nas definições desses mesmos crimes para permitir uma ampla interpretação na acusação, a LSN deu grande destaque às atividades jornalísticas. Estava prevista, por exemplo, a pena de um ano de detenção para o jornalista que divulgasse "por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas" (art. 16). O uso de jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, teatro e meios correlatos como "veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva" (art. 45) sujeitava o infrator à pena de três anos de detenção. Além disso, o juiz militar poderia suspender sumariamente por 30 dias jornais, revistas, rádio ou televisão. Ao Ministro da Justiça era atribuído o poder de determinar a apreensão de jornais ou qualquer outro impresso, podendo, também, no caso de reincidência, cancelar o registro do órgão. Se se tratasse de rádio ou televisão, poderia representar o Ministro das Comunicações e cassar a concessão, e cancelar o registro (art. 54). Todo o equipamento institucional desenvolvido pelo governo militar teve por objetivo conter uma mobilização e uma insatisfação que se intensificavam, e impedir a denúncia de inúmeros casos de tortura de indivíduos contrários ao regime. Fazia-se necessário, também, ao poder instituído impedir a divulgação das análises críticas da política nacional e a difusão de notícias sobre os movimentos de guerrilha, que se desenvolveram até o início dos anos 70.

As contradições do processo de institucionalização do governo militar revela a tensão existente entre os grupos, em que se articulavam militares e políticos tradicionais, que ocupavam o poder. A bibliografia sobre o Golpe de 1964 tem insistido no fato de que não se pode compreender o movimento militar propriamente dito como tendo sido conduzido por um bloco monolítico, muito embora tenha sido fundamental o papel articulador das lideranças de alta patente ligadas ao grupo das escolas militares superiores - denominado então jocosamente de "Sorbonne" -, sob a liderança do general Golbery do Couto e Silva (que dirigia o IPES desde 1961) e de outros oficiais. O consenso estava, no entanto, restrito a algumas questões básicas: a necessidade de se impedir o avanço do comunismo e da chamada "república sindicalista", e, o que preocupava particularmente os militares, a urgência de se conter a quebra da disciplina nos quartéis, gerada pela mobilização política dos baixos escalões. A introdução da luta

política nos quartéis, com o apoio explícito de João Goulart às organizações de praças, tornou a situação intolerável para os oficiais conspiradores.

Por outro lado, pode-se afirmar que, junto ao oficialato, o princípio da hierarquia teve um papel importante ao dar unidade à conspiração que se articulava, colocando os valores da "ordem" acima das divergências existentes. No entanto, no tocante à modalidade de governo a estabelecer após a conspiração, as divergências eram enormes: enquanto a "linha dura" propunha o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal por tempo indeterminado, outros grupos acreditavam ser suficiente a deposição de Goulart e o estabelecimento progressivo de uma nova ordem jurídica.

Mas o que importa ressaltar, neste momento, é que essas fissuras permanecem e se intensificam no bloco de poder que se estabelece após o Golpe, agora agravadas pela maior proximidade das elites políticas com lideranças militares já consolidadas. As entrevistas coordenadas por Maria Celina D'Araújo (1994) com militares que ocupavam o médio oficialato na ocasião do Golpe de 1964 dão a dimensão das divergências e das permanentes negociações envolvendo basicamente dois grupos que se colocavam à frente do processo sob a liderança de Castello Branco e Costa e Silva. Uma das evidências dessa tensão é a passagem de Carlos Lacerda para a oposição, empenhando-se na organização da Frente Ampla.

Na verdade, trata-se aqui de uma questão mais ampla, que se refere ao lugar que a luta pela democracia política ocupava no conjunto das propostas das esquerdas. A ênfase nas reivindicações quanto à materialização das liberdades individuais nos textos jurídicos e a importância atribuída pelos grupos de esquerda a esse mecanismo de democratização da sociedade destacam-se a partir dos anos 60. A análise empreendida por Daniel Aarão Reis Filho em As esquerdas e a democracia (1986) mostra com clareza que a história das esquerdas no Brasil evidencia uma progressiva valorização - ainda que processada lentamente até os anos 60 - da democracia política, antes considerada secundária frente às dimensões nacional (a luta ant imperialista) e social (as questões relativas à distribuição de riquezas, propriedade, direitos sociais, etc.) da democracia. Após a morte de Vargas, por exemplo, o PCB assume o papel de defensor da Constituição de 1946, anteriormente considerada como um "ins-

trumento de opressão" (Reis Filho, 1986, p. 18). Ainda assim, a conjuntura de 1961 a 1964 continua sendo enfrentada segundo o princípio de que os dois grandes entraves à revolução brasileira são o imperialismo e o latifúndio.

Esta contradição, referente à inserção da questão democrática no contexto da teoria da revolução brasileira, está na base da ruptura nas instituições da esquerda que ocorre no início dos anos 60. Intensificando um caminho já adotado no final da década de 50, o PCB, após o Golpe de Estado, passará a defender a formação de uma "frente antiditatorial", buscando restabelecer as liberdades democráticas.

Assim, sobretudo a partir do início dos anos 50, sob o risco de uma intervenção militar, a bandeira do respeito às liberdades democráticas é preservada como um recurso a ser utilizado nos momentos convenientes. Ainda segundo Daniel Aarão Reis Filho (1986, p. 21): "Quando sob ameaça golpista, reivindicavam a legalidade democrática, anunciavam a disposição de defendê-la. Por outro lado, pareciam desprezar a legalidade democrática realmente existente".

Com o advento do Golpe de 1964, pouco a pouco essa opção se afirma como a principal via política adotada pelas esquerdas, não obstante a insistência de vários grupos no caminho da luta armada. Na verdade, a "questão democrática" extrapola o âmbito das esquerdas e torna-se um fator de unificação política acima das muitas divergências ideológicas. Percebe-se que, pouco a pouco, o Regime Militar se demonstra incapaz de converter o apoio que determinados segmentos políticos e intelectuais emprestaram à iniciativa de intervenção no governo - que era vista por setores liberais como uma espécie de "mal necessário" ou "mal menor" no quadro de crise, com perspectivas concretas de enfrentamento, em que se encontrava a política brasileira - em uma sustentação orgânica do regime.

Com efeito, a idéia de democracia vai se tornando o fator de unidade da oposição ao novo regime. Esse debate apenas se tornará verdadeiramente consistente em meados dos anos 70, mas passa a exercer um importante papel articulador desde a metade da década de 60, quando, a partir de reivindicações concretas referentes à supressão das liberdades individuais, passa-se progressivamente à discussão sobre a dimensão política da democracia. Em Os intelectuais e a política no Brasil, Daniel

Pécaut (1990, p. 193) salientou a importância do surgimento desse debate e seu papel unificador:

"Os esquemas anteriores a 1964 perduram por algum tempo, durante o qual os antigos nacionalistas estão convencidos de que o Regime Militar nada mais é do que um intervalo, sobretudo em suas modalidades mais reacionárias. Outros esquemas aparecem: quer girem em torno de 'obstáculos estruturais' ao desenvolvimento e à integração social ou em torno da 'dependência', nem sempre deixam entrever a possibilidade de se caminhar para a democracia".

Sem dúvida, a insistência nos meios legais e o recurso às instituições judiciárias (como os pedidos de *habeas corpus*) demonstravam as contradições do modelo político estabelecido nos primeiros anos do governo militar, além de uma certa esperança de ampla mobilização da sociedade em torno da reconstrução da democracia.

#### **4 O GOLPE DE ESTADO E A PERSEGUIÇÃO POLÍTICA**

É nesse quadro que os intelectuais progressistas pretendem enfrentar a ditadura nos primeiros anos de sua instalação. Por um lado, procurava-se fazê-lo com o objetivo de romper a fachada democrática - que se mantinha, não obstante a censura da imprensa já tivesse se iniciado - do poder instituído. Por outro, é inegável que os intelectuais em questão, entre os quais se destacava Énio Silveira, acreditavam na possibilidade de um retorno ao poder civil. Isso é demonstrado pela própria formação da Frente Ampla, em 1966, reunindo políticos de diversos matizes, incluindo Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, já na oposição, e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, que se encontrava exilado em Montevidéu, no Uruguai. Esse bloco político, que já se esboçava em 1965 em oposição às diretrizes de Castello Branco, lançou seu manifesto em outubro de 1966, em prenúncio ao endurecimento que se aproximava. Decreto de Costa e Silva, de abril de 1968, colocaria na ilegalidade a Frente Ampla, proibindo sua organização, a realização de eventos políticos e divulgação pelos meios de comunicação de manifestações de seus integrantes.

Como temos visto, portanto, a editora de Ênio Silveira, em seu papel aglutinador de intelectuais, expressa claramente as estratégias das forças progressistas, sobretudo no período pós-64. As medidas autoritárias tendo por objeto a Civilização Brasileira obtiveram grande repercussão na imprensa, e a Revista Civilização Brasileira republicou vários artigos e editoriais a respeito. Veja-se, por exemplo, o que escreveu Hermano Alves, no artigo intitulado "Semente de ódios", publicado no Correio da Manhã de 28/05/65:

"O caso de Ênio, porém, é diferente. O pobre coronel Pina [oficial do Exército encarregado do IPM sobre a editora, um desdobramento do inquérito da mesma natureza sobre o ISEB, LRV] quer liquidar a Editora Civilização Brasileira, pois esta publica obras que desagradam ao governo - sem mensagem nem rumo que se vai arrastando por aí, sempre a sonhar com o golpe (...)" (Alves, 1965, p. 342).

É evidente, no entanto, que não havia consenso no âmbito da imprensa quanto aos métodos utilizados pela ditadura. Embora, cada vez mais, instituições e órgãos de informação que não poderiam ser classificados como "de esquerda" tomassem posição contra o endurecimento do regime, como foi o caso pioneiro do próprio Correio da Manhã, todo um segmento conservador da imprensa posicionava-se na defesa dos meios empregados pela ditadura. Ainda sobre o episódio acima relatado envolvendo Ênio Silveira, apareceu em 28/05/65 editorial no Jornal do Brasil<sup>20</sup>, intitulado "Ócio glorificado", defendendo o recurso ao IPM como meio para "apuração de culpas de todas as figuras comprometidas com o processo subversivo ou com a subversão que lavrava no governo deposto". Referindo-se à repercussão obtida por um dos IPM's instaurados contra Ênio Silveira, afirma ainda o editorial:

"Quando exorbitam de sua missão específica, os IPMs sempre desservem, pelas conseqüências práticas que acarretam. No caso de prisões de nomes sem expressão, o resultado

---

<sup>20</sup> Embora o Jornal do Brasil mantivesse uma postura geral favorável ao regime, alguns de seus articulistas mantiveram postura inflexível na crítica ao autoritarismo, entre eles Alceu Amoroso Lima (que assinava com o pseudônimo de Tristão de Athayde), Barbosa Lima Sobrinho, Mario Martins (ex-udenista, que se posicionou contra o Golpe e mais tarde, eleito senador pelo MDB, foi cassado pelo AI-5), Rubem Braga e José Carlos de Oliveira.

é o oposto ao pretendido: é assim que se criam heróis da noite para o dia. Se há um setor de que os militares responsáveis pelos IPMs devem se afastar, é aquela faixa onde transitam figuras que, por não terem ocupação muito definida, se apresentam como intelectuais. (...) Escritor frustrado tende a ser de esquerda, naturalmente. E há até quem não escrevendo, mas editando, acabe convencido de que exerce também atividade de natureza intelectual. (...) Para eles, a prisão representa o diploma que não puderam conseguir com a inatividade intelectual a que se dedicam com afinco".

Tentativas como esta, de desclassificação do intelectual ou de outro agente do campo de produção cultural como o editor, são comuns quando ocorrem as inversões no campo de poder (que geralmente dão lugar a diversas formas de "acertos de contas", derivados de disputas já travadas no plano intelectual), no qual se encontra situado o campo intelectual. Procura-se, portanto, negar o fundamento da legitimidade do agente situando-o como portador de interesses "escusos", trazidos "de fora" do campo intelectual, na política, por exemplo, o que macula a "aura" da atividade intelectual.

Ênio Silveira foi preso sete vezes ao longo da ditadura. Nos meses seguintes ao Golpe de Estado, sua primeira prisão teve por objetivo a investigação relativa à origem de seus bens. No quadro de um dos vários IPM's envolvendo a Civilização Brasileira realizou-se, em junho de 1964, uma perícia contábil com o objetivo de apurar se a empresa havia recebido financiamento do governo de João Goulart ou de organismos internacionais. O militar responsável por este inquérito buscava, ainda, apurar ligações entre a editora e a UNE, e concluiu ter havido "crime de subversão", encaminhando-o posteriormente à justiça civil.

Na *Primeira Epístola ao Marechal: sobre o 'delito de opinião'* (1965), Ênio Silveira protesta, denunciando o que denomina "preconceito geopolítico" por parte do governo militar:

"Porque autoridades maiores ou menores, subordinadas a seu governo, Senhor Marechal, não podem admitir que um homem como eu, cujas origens sejam burguesas, que dirija uma editora que opera dentro do sistema capitalista, que pertença - estatisticamente - àquele percentual mínimo de nossa popula-

ção que constitui as chamadas classes dominantes, tenha as idéias que defendo e aja em função delas. Não podem entender, igualmente, que a Editora Civilização Brasileira esteja trabalhando no intenso ritmo atual movimentada apenas pelos seus próprios recursos financeiros, proporcionados e a cada dia ampliados pela ampla aceitação popular dos livros que edita" (Silveira, 1965a, p. 10).

No curso das investigações relativas ao manifesto de Miguel Arraes, convocou-se Ênio Silveira para prestar depoimento numa instituição militar do Rio de Janeiro - na realidade, tratava-se do IPM sobre o ISEB que teve vários desdobramentos - e o editor, ao apresentar-se, teve sua prisão determinada pelo coronel responsável. Sabe-se que medidas dessa natureza foram muito freqüentes, mas a notoriedade de Ênio exigia que se lançasse mão de um artifício legal que justificasse o ato. No plano legal não se obteve o respaldo pretendido e após nove dias de encarceramento era concedido *habeas corpus* liberando o editor.

Em virtude desta prisão arbitrária, mobilizaram-se rapidamente os intelectuais e circularam as listas de adesão ao manifesto intitulado *Intelectuais e artistas pela liberdade*, de 29/05/65, publicado como matéria paga nos jornais Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo. Este documento, que obteve a assinatura de mais de seiscentas pessoas ligadas às diversas áreas de atividade artística e intelectual, dá conta da dimensão do respaldo de Ênio Silveira junto à intelectualidade. Foi de grande importância também o apoio que Ênio obteve, já em 1970, do Times, de Londres, onde, a partir de entrevista realizada com o editor, denunciavam-se as arbitrariedades cometidas sistematicamente pelo governo militar contra a cultura no Brasil. Este foi um dos episódios de grande repercussão no âmbito das arbitrariedades cometidas pelo governo militar, como também viria a ocorrer com o caso de Wladimir Herzog, em outubro de 1975, assassinado nas instalações do DOI-CODI em São Paulo<sup>21</sup>. O acontecimento foi igualmente objeto de um pronunciamento da

---

<sup>21</sup> No ano seguinte, outro caso também provocaria ampla repercussão junto à opinião pública: o assassinato do metalúrgico Manoel Fiel Filho. Este episódio provocou a destituição do comandante do II Exército. A violência por parte do Estado continuou incluindo a execução, em 1976, das lideranças do Partido Comunista do Brasil, Pedro Pomar, Angelo Arroyo e João Batista Franco Drumond.

Associação Brasileira de Imprensa, através da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e do Livro.

Outros intelectuais do grupo, como Nelson Werneck Sodré e Carlos Heitor Cony, também responderam a diversos IPM's, que muito raramente se converteram em condenação judicial. Intelectuais ligados à atividade editorial sofreram perseguição sistemática sendo que, na realidade, a maior parte das ações da ditadura ocorreu através de medidas ilegais. Embora tenha-se elaborado relativamente ampla legislação a respeito da censura e da penalização de atos considerados subversivos, notadamente a Lei de Segurança Nacional, modificada em março de 1967, foram privilegiados os instrumentos ilegais como a tortura e as ameaças, frente aos quais não se poderia reagir senão com a denúncia ou, em alguns casos, o exílio.

Em 1968, logo após a edição do AI-5, uma nova onda de prisões ocorria em todo o Brasil. Ainda em dezembro Ênio Silveira era recolhido ao quartel da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro. O advogado que o acompanhava foi também encarcerado, conforme narra Zuenir Ventura em 1968: o ano que não terminou (1988, p. 295). Um segundo atentado à bomba e um incêndio criminoso contra as instalações da Editora Civilização Brasileira ocorreram em 1970, um ano particularmente duro para a empresa, que enfrentava graves dificuldades financeiras. Ainda no ano de 1970, Ênio Silveira é preso duas vezes. Logo após a primeira, em virtude da repercussão gerada pelo fato, o editor pôde aguardar em liberdade o julgamento pela publicação, em 1965, de Brasil - guerra quente na América Latina, de João Maia Neto, Os condenados da terra, de Frantz Fanon, que saiu em 1963, e Fundamentos de filosofia, de Afanasief, de 1968.

Entre os vários outros casos de violência contra a imprensa, cabe recordar que, além da Editora Civilização Brasileira, a sede do jornal Última Hora foi invadida e depredada, sendo também o Correio da Manhã alvo de atentado à bomba. Ainda neste jornal, que exerceu importante papel na denúncia do autoritarismo do governo militar no início da ditadura, ocorreram as demissões de Antônio Callado, Carlos Heitor Cony - cujos escritos já eram objeto de IPM - e de Otto Maria Carpeaux, cuja presença representaria perda de publicidade, essencial ao funcionamento do jornal. Considerando-se a importância do papel que o Estado sempre exerceu na formação do mercado de propaganda no Brasil, sendo um dos principais

anunciantes, a ameaça de perda de receita constituía-se numa forma eficaz de censura, sendo de fato capaz de reorientar os projetos dos órgãos de comunicação.

Em O livro no Brasil (1985, p. 495), Lawrence Hallewell examina o impacto da censura e do autoritarismo do governo militar sobre o setor editorial e registra a perseguição de que foram vítima vários outros responsáveis por editoras como a Editorial Vitória (ligada ao PCB) e a Gráfica Lux, que imprimia obras para a Civilização Brasileira. O autor e também editor Caio Prado Júnior, responsável pela Editora Brasiliense, foi julgado e condenado à prisão por manifestar opinião política contrária ao regime<sup>22</sup>.

No entanto, é preciso ter cuidado para que a ênfase no aspecto repressivo do Estado em relação à cultura durante a ditadura não dificulte a percepção do grande crescimento do setor no período. Pode-se afirmar que a censura sobre o setor editorial, como sobre o conjunto da produção cultural no país, se processou seletivamente, de forma a não incompatibilizar-se com a dinâmica de crescimento - e, convém frisar, falamos aqui do aspecto quantitativo - do setor. É importante lembrar também que, com a consolidação de um mercado de cultura de massa propriamente capitalista, a censura é incorporada à própria lógica de funcionamento de suas diversas instâncias, isto é, os órgãos de comunicação procuram atuar preventivamente, com uma censura interna que evite problemas de inserção de seus produtos no mercado.

Os órgãos de segurança procuravam deixar claro que estavam dispostos a lançar mão de meios violentos para conter a atividade editorial e de imprensa considerada subversiva. Também os pontos de venda estavam sujeitos à violência, sendo freqüentes os casos de apreensões ilegais, que geravam enormes prejuízos, e atentados contra livrarias que vendiam "material subversivo". Aos poucos, no caso da Civilização Brasileira, essas medidas autoritárias iam logrando sucesso, produzindo um

---

<sup>22</sup> Não poderíamos deixar de mencionar aqui, ainda que *en passant*, o papel exercido por Fernando Gasparian (que viria a adquirir em 1975 a editora Paz e Terra, fundada por Ênio Silveira e Moacyr Félix) à frente do jornal nacionalista Opinião, várias vezes apreendido em edições inteiras e objeto de sistemática censura prévia. Outros órgãos de imprensa que lutaram contra a censura nos anos 60 e 70 foram Movimento, Bondinho, Extra-Realidade Brasileira, Ex, Mais Um, Politika e o célebre O Pasquim.

efeito indireto mais grave do que as grandes apreensões, os atentados e o próprio cerceamento da liberdade de Ênio Silveira:

"Fui preso sete vezes e processado perante os tribunais de segurança nacional. Evidentemente que isso passaria, apesar do sofrimento e dos riscos, se não tivesse o governo ao mesmo tempo voltado suas baterias contra a editora em si, como fez. Primeiro, intimidando os livreiros. Os livreiros foram procurados em escala nacional, nas principais praças do país, por agentes da chamada comunidade de informações para serem advertidos de que trabalhar com os livros da Editora Civilização Brasileira implicava em tomada de posição política e em risco. As livrarias ficaram intimidadas em relação à editora e passaram a comprar menos".

Procurando poupar a Revista Civilização Brasileira da repressão movida contra a editora, decide-se que o nome de Ênio Silveira deixe de constar como "diretor responsável" pela publicação, sendo substituído a partir do número 5/6 (março de 1966) por Manuel Cavalcanti Proença e, após o falecimento deste, por Moacyr Félix, do número 9/10 (set./nov. 1966) até o último, referente ao período de setembro a dezembro de 1968. A revista, que chegou a ter a impressionante tiragem de 40 mil exemplares, nunca foi objeto de censura, até 1968, ou de outras medidas, apesar de muitos de seus colaboradores estarem, naquele momento, sendo submetidos a IPM's e verem seus livros serem recolhidos nas livrarias.

O endurecimento progressivo do regime impunha, para a garantia da sobrevivência da editora e a continuidade do exercício da crítica, a tomada de uma série de medidas. O exame da frequência com que aparecem textos de análise da realidade brasileira e de denúncia de atos autoritários, ao longo da existência do periódico, o demonstra. Pode-se constatar mesmo uma mudança gradual no enfoque sobre as temáticas da realidade brasileira. Naturalmente a repressão não foi a única responsável pelas mudanças ocorridas no âmbito da editora e mais especificamente na revista, menos ainda pelos caminhos pelos quais elas ocorreram.

Esse percurso, que será examinado de forma mais detalhada adiante, está integrado à própria dinâmica do debate intelectual do período, no campo das esquerdas. Não obstante as condições políticas caminhassem

evidentemente para o agravamento do autoritarismo, como contrapartida imediata da mobilização geral da sociedade, sobretudo no meio intelectual e estudantil, a Revista Civilização Brasileira aborda cada vez menos as ações autoritárias da ditadura. Passa a privilegiar, então, análises de caráter teórico nos campos da economia e das ciências sociais, abrindo-se, inclusive, para contribuições de vários teóricos estrangeiros.

Quando perguntado sobre a trajetória política da editora sob sua direção e, mais particularmente, sobre a Revista Civilização Brasileira vis-à-vis o agravamento do quadro político no período 64-68, Ênio Silveira respondeu: "O que houve foi que a revista teve que enfrentar, ao longo de sua existência, não pequenos perigos. Então lançamos mão de uma máxima de Bertold Brecht: 'há pelo menos cinco maneiras de se dizer a verdade'"<sup>23</sup>.

Em Editando o editor, ainda sobre a interferência da ditadura sobre o seu programa editorial, afirma:

"Mas eles me acusavam de um crime mais sério, um crime silencioso e permanente. Eles me intimidavam de todas as maneiras. Mas prossegui, segui lançando livros muito importantes (...). Então havia livros que eu mascarava, às vezes, me aproveitava da ignorância dos militares brasileiros, mudava só o título e eles engoliam, certas palavras eram para eles muito inquietantes, aí eles atacavam" (Silveira, 1992, p. 95)<sup>24</sup>.

E essa interferência pode ser constatada pela simples verificação da interrupção da publicação das *Epístolas ao Marechal* que, sendo concebidas para atuar como um canal permanente de crítica à supressão das liberdades democráticas, não passaram do segundo número.

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 22/05/92.

<sup>24</sup> Esta estratégia, por primária que fosse, provavelmente terminou por salvar alguns livros da censura. Um interessante exemplo é o de II materialismo storico, de Gramsci, que teve o título traduzido para Concepção dialética da história e foi publicado em 1966.

## 5 AS EPÍSTOLAS AO MARECHAL

"Esta é uma iniciativa unilateral e voluntária. Mesmo que o senhor não leia estas páginas, alguém as lerá. E mesmo que ninguém as leia, te-rei feito pelo menos minha catarse".

Ênio Silveira (1965a, p. 4)

As célebres *Epístolas ao Marechal* são textos de grande importância no conjunto da revista, por dois motivos fundamentais. Por um lado, por sintetizar, numa linguagem direta, o espírito de denúncia que presidiu os primeiros volumes da publicação, servindo como uma medida do impacto do Golpe de Estado sobre uma sociedade que, malgrado as características populistas do período que antecedeu a ditadura, se encontrava num nível elevado de mobilização popular por questões sociais e econômicas.

Por outro lado, no que se refere às peculiaridades do campo intelectual e particularmente à inserção de Ênio Silveira - que escreve as *Epístolas* em primeira pessoa - evidencia as preocupações com as modificações que o novo cenário político tendia a estabelecer neste espaço de relações de poder.

Vivia-se um tempo em que ainda era possível dirigir-se ao Presidente através de um dos periódicos de maior circulação à época no Brasil, referindo-se, sem qualquer subterfúgio, aos fatos do cotidiano da ditadura. Tal constatação, por simples que seja, contribui para que se ilustre o quadro que temos procurado traçar, referente à dinâmica entre a política e a cultura nos primeiros anos do governo militar. Em contrapartida, o caráter efêmero dessa iniciativa, e a própria extinção da Revista Civilização Brasileira em 1968, vai evidenciar também a disposição do governo instalado em rever sua tolerância para com o setor.

As *Epístolas ao Marechal* são cartas abertas escritas por Ênio Silveira e dirigidas ao marechal Castello Branco através das páginas da Revista Civilização Brasileira. Ênio declara inspirar-se na publicação, nos Estados Unidos, do livro The presidential papers, do autor norte-americano Norman Mailer, que reunia várias cartas endereçadas publicamente ao presidente John Kennedy e antes divulgadas em periódicos da imprensa norte-americana. Assim como Mailer, Ênio Silveira pretendia iniciar uma correspondência unilateral com o Presidente da República, enfocando de maneira provocativa os mais variados temas da atualidade brasileira, sobretudo

aqueles que se referiam às restrições das liberdades democráticas pela ditadura. Na verdade, apenas duas foram as cartas publicadas: *Primeira Epístola ao Marechal: sobre o "delito de opinião"* (Silveira, 1965a) e *Segunda Epístola ao Marechal: sobre a vara de marmelo* (Silveira, 1965b). Mas as cartas ao Presidente, como veremos, fazem mais do que simplesmente reproduzir um discurso nacionalista e denunciar a supressão das liberdades democráticas.

Seria oportuno transcrever um longo, porém importante, fragmento extraído da primeira epístola, escrita em tom autobiográfico em 1965:

"Nasci em São Paulo, na Capital, no dia 18 de novembro de 1925. A família de meu pai é de classe média, com uma longa tradição de gerações inteiras dedicadas à advocacia e à vida intelectual, de homens e mulheres voltados para as coisas da literatura, da pesquisa e da dúvida criadora. A política, no sentido profissional da palavra, jamais a tentou, embora meu tio-avô, Alarico Silveira, tenha sido Secretário da Presidência no governo Washington Luis e, mais tarde, Ministro do Superior Tribunal Militar e meu avô, Valdomiro Silveira, Secretário da Educação e Secretário da Justiça no governo Armando de Sales Oliveira. Um e outro, porém, como todas as demais pessoas de sua família, entenderam o exercício de cargos públicos como tarefa, jamais como carreira. A família de minha mãe, igualmente de classe média, produziu também bacharéis e pessoas dedicadas ao magistério, ao comércio e à indústria, sem que a política - como objetivo final - a tenha tentado em qualquer época. São duas famílias paulistas, tradicionais, de recursos materiais discretos, mas romanticamente orgulhosas do fato de poderem traçar suas origens até os primeiros dias da colonização portuguesa (...).

"Meus estudos, do curso primário ao superior, foram sempre feitos em São Paulo e, basicamente, em escolas públicas. Frequentei o Ginásio do Estado (era, ao meu tempo, o equivalente paulista do Colégio D. Pedro II, pela excelência dos professores e pelo rigor com que eram ministradas as aulas) e, mais tarde, a Escola Livre de Sociologia e Política, da Universidade de São Paulo (*sic*). (...) Em Nova Iorque, durante um ano,

## Ênio Silveira e a Civilização Brasileira

freqüentei dois cursos na Universidade de Colúmbia: o de sociologia, ainda, e o de aperfeiçoamento em atividades editoriais" (Silveira, 1965a, p. 5-6).

A *Primeira Epístola* prossegue na apresentação do editor, vinculando-o a uma longa tradição de atividades intelectuais, sumariando também sua formação escolar e universitária. Ineficaz do ponto de vista estrito da legitimação no âmbito da intelectualidade de esquerda, o discurso que reforça os vínculos de Ênio Silveira com famílias "romanticamente orgulhosas do fato de poderem traçar suas origens até os primeiros dias da colonização portuguesa" enfatiza uma determinada herança familiar e uma educação esmerada cujo valor pretende, evidentemente, estar "acima" das classificações vigentes no mundo político, isto é, visa a minimizar de certa forma o estigma de intelectual de esquerda num momento em que ainda se acreditava na possibilidade de um breve retorno ao poder civil.

Além disso, a ênfase na formação intelectual e acadêmica - logo, nesse contexto, legítima - coaduna-se a uma postura de resistência à reorganização no campo de poder, que ao inverter, grosso modo, a escala de legitimação no espectro político, havia convertido intelectuais consagrados em intelectuais malditos.

Mais do que identificar-se com o tipo de intelectual engajado, nesse momento Ênio Silveira parece procurar associar-se a princípios que estariam "acima" das lutas políticas, apresentando-se como um defensor da razão e das liberdades individuais cerceadas. Esta postura é, bem certo, coerente com suas convicções nacionalistas que, nesse momento, enfrentam os obstáculos colocados pela ditadura militar, que, por sua vez, é vista como a expressão direta dos interesses imperialistas, em oposição à "nação brasileira". O já consolidado discurso nacionalista que, em última análise, dilui as contradições de classe em nome do combate ao imperialismo e a certas características arcaicas da sociedade brasileira é agora reforçado pela necessidade de se enfrentar mais um elemento que se opõe, igualmente, a trabalhadores e empresários: o autoritarismo.

"O Senhor poderá então concluir, sendo mesmo o homem de bom senso que seus admiradores retratam, que não haverá jogo democrático enquanto perdurar esse estado de coisas; que não poderá haver paz e diálogo entre o seu governo e o povo

enquanto a família brasileira estiver dividida em dois grupos, os cassados e os cassadores" (Silveira, 1965a, p. 11, grifos no original).

Procurando legitimar-se pela via da afirmação da origem familiar e destacando outras formas de capital simbólico herdado, Ênio Silveira traça seu percurso biográfico, assinalando sua proximidade com figuras de destaque no meio intelectual nacional, como Fernando de Azevedo, Monteiro Lobato e Anísio Teixeira, ao longo de sua trajetória na carreira editorial.

Num discurso em que parece ter por objetivo, de fato, estabelecer condições para um possível diálogo - aliás já iniciado em encontros com o general Golbery do Couto e Silva (com quem afirma ter tido "uma interessantíssima conversa"), eminência parda do regime, logo depois do Golpe de Estado -, Ênio Silveira faz um esboço de autocrítica da esquerda, aludindo aos "erros graves" das vanguardas políticas no pré-64 e fazendo referências ao "período nebuloso e contraditório do governo João Goulart".

Mais do que nos informar quanto às formas de participação do editor no campo intelectual, a *Primeira Epístola* permite compreender a inserção pretendida pelo responsável pela *Revista Civilização Brasileira* no debate político da época e, também, o interesse em estabelecer uma discussão com o poder instituído. Da primeira para a segunda epístola há uma sensível modificação no tom da argumentação, como veremos mais à frente.

É assim que se pode compreender a iniciativa de Ênio Silveira em identificar determinados "equívocos" de setores da vanguarda da esquerda no período que antecedeu ao Golpe Militar:

"(...) a bem da verdade, havia dificuldades não menores dentro das próprias entidades que compunham a frente ampla em elaboração: o personalismo carreirista de alguns, a afoiteza romântica de outros, que somente poderiam admitir como válidas as posições radicais, a posição idealista de terceiros, que confundiam o desejável com o possível".

Sob o argumento de que "as feridas ainda não estão cicatrizadas", o editor se abstém de empreender a análise do contexto político em que se deu o Golpe, embora este fosse um dos propósitos declarados da Revista, que o fazia desde o editorial de abertura do primeiro número: "quem

quer que tentasse tal proeza neste momento", afirma Ênio na *Primeira Epístola*, "estaria sujeito a injunções emotivas e a conclusões subjetivas" (Silveira, 1965a, p. 8).

Mais do que um manifesto dirigido ao Presidente da República, a carta aberta tem por função, no conjunto do volume e da Revista, identificar a trajetória de um "intelectual modelo". Ainda na *Primeira Epístola*, escreve o editor:

"Sendo por índole e gosto uma pessoa que sempre participa de atividades associativas, porque antepõe o coletivo ao individual, estive desde rapaz envolvido nelas: fui dirigente do Grêmio Estudantil do Ginásio do Estado, fundador e Vice-Presidente da Câmara Brasileira do Livro, em São Paulo, Presidente durante vários anos consecutivos do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, órgão oficial da classe, cuja sede é no Rio de Janeiro. Quando universitário, dediquei-me com todo vigor à campanha pela redemocratização do país, do início da Guerra ao fim da ditadura, o que me valeu um período de forçada inatividade nos imundos cárceres da Casa de Detenção, em São Paulo. Não parei jamais, daquela data até hoje. Quanto mais estudo, quanto mais viajo, quanto mais vivo, maior é a minha convicção de que não posso e não devo cruzar os braços diante das gigantescas tarefas que temos todos pela frente" (Silveira, 1965a, p. 6).

Esse discurso, que recupera elementos de suas iniciativas no campo político - omitindo, evidentemente, suas vinculações com o PCB - procura inserir na mesma trajetória, ou no mesmo compromisso, sua opção profissional: "procurei colocar minha atividade editorial a serviço do que ditava minha condição de patriota e de democrata, promovendo o lançamento de estudos, ensaios e pesquisas sobre o complexo drama brasileiro, garantindo a seus autores uma plataforma independente para a divulgação de idéias independentes" (Silveira, 1965a, p. 6-7).

Nesse sentido, enfatiza o autoritarismo do governo estabelecido em 64 a partir de suas ações - ainda modestas, diga-se de passagem - na repressão à liberdade de opinião. Essa temática, aliás, por atingir o que há de mais essencial no exercício da atividade intelectual, é uma das mais freqüentes nos primeiros números da Revista Civilização Brasileira, que

trazia, inclusive, a título de denúncia, reproduções de peças dos processos instaurados contra diversos intelectuais, referentes a "delitos de opinião".

A denúncia se torna mais aguda na *Segunda Epístola ao Marechal*, onde as observações de caráter biográfico já não estão mais presentes. Também a autocrítica, como ponto de partida para o estabelecimento de um diálogo, dá lugar à observação de que "amigos cuja opinião prezo e respeito criticaram-me severamente pelo fato de ter dito, na primeira epístola, que acreditava estar o Senhor tão interessado quanto eu na felicidade da Pátria" (Silveira, 1965b, p. 3). O editor mostra-se, então, disposto a rever algumas de suas posições, e muda o tom do discurso.

De fato, embora seja curto o período que separa a publicação dos números 3 e 4 da Revista, já é possível perceber, através do exame das *Epístolas*, uma importante modificação no tom da argumentação de Ênio Silveira. As evidências da continuidade do Regime Militar são cada vez mais claras ("ninguém poderá dizer quanto tempo durará o episódio político atual"), e trata-se de enfatizar as contradições internas do movimento e sua oposição ao conjunto da nação.

É conhecido o esforço dos governos militares em caracterizar o episódio político de 1964 como "revolução", enfatizando os interesses populares dos quais as Forças Armadas seriam mero instrumento. A *Segunda Epístola ao Marechal* tem o cuidado de denominar o evento político-militar como "revolução", sempre entre aspas (quatro vezes) ou "Golpe" (quatro vezes), não repetindo a expressão "movimento insurrecional", utilizada na maioria das vezes em que se refere ao Golpe de Estado na *Primeira Epístola* (cinco vezes, em oposição a duas ocorrências da palavra "golpe").

Assim, volta a atenção para o papel das Forças Armadas que no seu conjunto, segundo o autor, não poderiam ser consideradas o agente consciente de um golpe contra as forças nacionalistas. Excetuando-se um "percentual mínimo de radicais", as Forças Armadas teriam sido movidas, na sua ignorância política, pelo sentimento de restabelecimento da "ordem". O tema do papel das Forças Armadas na sociedade brasileira ocupa, ao lado da análise das eleições de 3 de outubro de 1965, lugar central neste texto. Recorre-se, então, à História militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré, onde o autor afirma que a tarefa das Forças Arma-

das no Brasil deve consistir, essencialmente, na garantia da democracia e do desenvolvimento econômico nacional. No mesmo volume da Revista Civilização Brasileira aparece o artigo de Arthur José Poerner, intitulado "O povo fardado da Argélia", contrapondo o exército daquele país, formado a partir das organizações nacionalistas armadas que lutaram pela independência, aos seus similares latino-americanos.

O exame das *Epístolas ao Marechal* evidencia um bom exemplo de um dos princípios que temos procurado tomar como referência analítica: a dualidade que caracteriza o mercado de bens simbólicos, especificamente quando o produto cultural em questão se reveste de uma significação política *stricto sensu*, e seus reflexos no exercício da atividade intelectual. Em outras palavras, temos aqui, no caso de Ênio Silveira, não apenas a enfática reafirmação de determinados valores coletivos das esquerdas da época (que se materializam em categorias discursivas como "nação", "povo brasileiro", "liberdade de opinião", "imperialismo"), mas o traçado de uma biografia comprometida com tais valores.

Se no início deste artigo, recorrendo sobretudo às formulações teóricas de Bourdieu, apontamos a complexidade do papel do editor enquanto intelectual e comerciante de cultura, convém insistir nas peculiaridades do momento estudado. Portanto, para compreender o caso em tela devemos acrescentar a este *continuum* - cujos pólos, formulados em termos típicos-ideais, seriam, por um lado, o agente movido exclusivamente por estratégias comerciais racionalmente definidas com vistas à maximização do lucro e, por outro, o intelectual empenhado na divulgação da cultura - um componente político. Isso significa, então, que a escala de legitimação situada no extremo "cultural" é móvel, enquanto sujeita às determinações da esfera política. Na verdade, num momento em que cultura e política se confundiam, e as fronteiras entre o erudito e o popular se dissolvem numa noção de compromisso com o povo, temos dois processos de obtenção de prestígio que se confundem, no plano cultural e no plano político.

Vimos que Ênio Silveira precisou lidar com essa complexidade, presente no mercado editorial, nas suas relações com a política, com a necessidade de formar um grupo de autores articulados em torno de noções como aquelas referentes à participação popular e à urgência dos projetos de transformação nacional. No caso de Ênio Silveira, a opção pela atividade editorial parece resultar de uma escolha que resume uma análise

custo-benefício, num cruzamento de investimentos simbólicos e econômicos, ou seja, fornecia a oportunidade de obtenção de benefício econômico sem um afastamento da atividade de natureza intelectual e política.

Sendo fruto de um momento político em que o nacionalismo era a moeda corrente e se manifestava nas diferentes formas assumidas pelo ideário da esquerda - mas não somente aí -, Ênio Silveira o tem como a mais importante referência para suas posições políticas. Essa histórica vinculação do editor e de vários intelectuais ligados à Civilização ao pensamento nacionalista, que iria dar o tom dos primeiros volumes da Revista Civilização Brasileira, já foi salientada por Carlos Guilherme Mota (1977, p. 208), que identifica neste periódico uma trajetória de radicalização, e Daniel Pécaut (1990, p. 205). No entanto, no que se refere particularmente a Ênio Silveira, gostaríamos de ir um pouco além de sua caracterização como um representante do nacionalismo dos anos 50. Sua concepção de cultura, que, em termos práticos, se desdobrava em sua atividade editorial, estava muito mais próxima de uma visão universalista do que das características assumidas pelo nacionalismo nas versões comuns entre as esquerdas brasileiras dos anos 50 e 60.

Tende-se a enfatizar seus vínculos com o projeto nacionalista do PCB e com o conceito de cultura popular-revolucionária do CPC. A existência incontestável desses vínculos não pode excluir a percepção de que Ênio Silveira conseguiu manter uma postura bastante independente, para além da figura clássica do intelectual engajado.

Tratava-se, segundo Ênio, não somente de mobilizar o povo brasileiro rumo à superação de suas mazelas sociais e da dominação política, mas também de elevar o nível geral de cultura do país, e essa referência seria internacional. Veja-se que uma concepção dessa natureza se diferencia substancialmente de uma "redução sociológica" de cunho nacionalista, para recorrer à expressão de Guerreiro Ramos, de um saber consagrado.

Enquanto renovador do mercado editorial, Ênio Silveira parece reconstruir a trajetória de Monteiro Lobato, o primeiro grande fenômeno editorial brasileiro, revolucionando a indústria do livro nos campos da distribuição, da propaganda e no aspecto gráfico, como assinala Heloísa Pontes (1989, p. 373). Como seu antecessor, Ênio Silveira estava preocupado em difundir o hábito da leitura, combatendo uma visão predominantemente elitista do livro e da atividade intelectual em geral.

Intelectual engajado, o editor colocou sua atividade profissional a serviço da divulgação das idéias em vigor no momento político, acreditando poder catalisar um sentimento popular de insatisfação que possivelmente se converteria em uma ação política transformadora. Nesse sentido, sua trajetória intelectual-biográfica, nos anos em que vigora a agitação cultural até o advento do AI-5, reflete uma inserção no campo intelectual e político mediatizada, por um lado, por todo um conjunto de categorias de percepção e apreciação elaboradas, de que é portador, e, por outro, pela concepção propriamente política de revolução social.

Poder-se-ia questionar, então, se, ao longo dos anos 50, Ênio Silveira não teria vivido um processo de conversão de uma vocação literária em uma trajetória empresarial<sup>25</sup>. É verdade que aqui entramos no reino da especulação, mas o que nos interessa salientar é que entre o percurso do autor, que busca a consagração e a carreira de um editor particularmente engajado na política e na difusão cultural como Ênio Silveira, há uma série de homologias, fundadas no fato de que em ambas as situações ocorrem processos em que se busca uma eficaz manipulação do capital simbólico. Não estamos falando aqui da homologia mais evidente (existente não só entre autores e editores, mas também entre estes e o público) referente às categorias de percepção do produto cultural e, acrescentaríamos aqui, do fenômeno político. Sim, porque essa *doxa*, na medida em que arte, cultura e política se fundem num discurso de mobilização pela transformação social, extrapola os limites da percepção do objeto cultural propriamente dito para incluir os esquemas classificatórios referentes ao mundo político.

Desta forma, ao assumir a direção da Civilização Brasileira no Rio de Janeiro, Ênio Silveira procura valer-se de seu engajamento político anterior como uma espécie de capital simbólico inicial. Note-se que, enquanto atuava na Companhia Editora Nacional, esse mesmo envolvimento com a política o estigmatizava. Estava, então, fora de seu lugar "natural" e, neste sentido, condenado ao fracasso, isto é, a "sinceridade" - considerada não no sentido moral da explicitação das intenções do agente mas

---

<sup>25</sup> Ao longo dos anos quarenta Ênio Silveira foi redator do jornal do PCB em São Paulo, Notícias de Hoje. Nos anos 50, contribuía regularmente com artigos para o periódico do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL).

enquanto o ajustamento ou a homologia entre o lugar ocupado no campo da produção cultural e as disposições do ocupante - é o ponto de partida para o processo de consagração<sup>26</sup>.

Chegando ao Rio de Janeiro, como vimos, Ênio Silveira encontra uma vasta área de trabalho, e a Civilização Brasileira - que passará a exercer a função de estrutura objetiva capaz de influenciar a formação e a reprodução de determinadas categorias de percepção e apreciação no público e nos autores que ali procurarão "o seu lugar" - é fruto dessas próprias categorias já presentes em Ênio Silveira.

Ao aplicar as reflexões de Bourdieu quanto à natureza da atividade intelectual ao caso da Civilização Brasileira e de Ênio Silveira, seria necessário fazer algumas observações. Questionando a concepção vigente no campo intelectual de que o editor é o "criador do criador", o sociólogo escreve:

"Não basta lembrar que o 'descobridor' nunca descobre nada que já não esteja descoberto, ao menos por alguns: pintores já conhecidos de um pequeno número de pintores ou de conhecedores, autores 'introduzidos' por outros autores (sabe-se por exemplo que os manuscritos chegam quase sempre por intermediários reconhecidos). Seu capital simbólico está inscrito na relação com os escritores e os artistas que ele defende (...) e cujo valor, ele mesmo, se define em um conjunto de relações objetivas que lhes unem e lhes opõem aos outros escritores ou artistas" (Bourdieu, 1992, p. 239).

No caso da Civilização Brasileira, deve-se enfatizar, mais do que usualmente faz Bourdieu, esse segundo aspecto da relação autor/editor. Significa dizer que - não obstante tenha tido o cuidado de dividir o seu catálogo entre autores consagrados e intelectuais em processo de consagração, mantendo assim um saldo de benefícios simbólicos relativamente estável, que permitia certas aventuras editoriais (como investir em jovens

---

<sup>26</sup> Estabelecida essa identidade pode, então, o agente exercer com maior grau de eficácia seu "senso prático", que vem a ser o "sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que se chama ordinariamente de gosto), de estruturas cognitivas duráveis (que são essencialmente o produto da incorporação das estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a escolha da resposta adequada" (Bourdieu, 1994, p. 45).

engajados quase desconhecidos, egressos do movimento estudantil) - a trajetória editorial e política de Ênio Silveira, caracterizada por um rápido processo de legitimação, deve-se sobretudo ao fato de ter "crescido" junto com seus autores. Assim, a "alquimia simbólica" de que fala Bourdieu, a propósito da produção dos objetos de arte, envolve também o editor, transformando-o num portador de um *mana* que, por sua vez, é também transferível, pelo contato, para outros intelectuais.

### 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreendemos um traçado político-biográfico do editor Ênio Silveira, agente central, como vimos, do processo de constituição de um dos mais atuantes grupos de oposição intelectual ao Regime Militar. Neste sentido, a sociologia da vida intelectual permite-nos, inicialmente, desvendar alguns mecanismos de reprodução do capital cultural: a herança familiar e a inserção, desde a juventude, em círculos culturais privilegiados exerceram um papel central na construção de uma trajetória que culmina, nos anos 60, na condição de grande relevo no cenário cultural brasileiro, sendo identificado como um dos principais baluartes na luta pela restauração da democracia após o Golpe de Estado. Vimos, então, como esse processo ocorre sem rupturas significativas, isto é, como a partir de uma série de mecanismos converte-se um capital cultural fundado em valores universais em grande prestígio enquanto intelectual engajado. O resultado desse processo consiste em uma vigorosa tomada de posição acerca de valores humanistas que, sem impedir sua inserção no contexto das esquerdas, permitia uma certa independência que se manifestava, por exemplo, nas críticas à ortodoxia de certas organizações deste segmento político. A legitimidade já conquistada por Ênio Silveira e a relevância da instituição que dirigia no cenário cultural brasileiro explicam parcialmente sua aceitação em círculos políticos onde vigoravam concepções significativamente diferentes das posturas universalistas defendidas pelo editor.

O editor Ênio Silveira representa, de forma privilegiada, o intelectual que resistiu ao que Sartre chamou de "tentações da irresponsabilidade". Nesse sentido, encarna o intelectual de origem burguesa que se torna portador de uma contradição fundamental: é possuidor de um privilégio "injustificado" que se choca com o igualitarismo humanista que defende. O

engajamento político apresenta-se, então, como uma das soluções possíveis para este conflito (Sartre, 1972a).

Ênio Silveira se aproxima, portanto, da figura do intelectual sartreano quando consegue penetração no campo cultural, como defensor de uma visão humanista; como editor, promovendo a reflexão e o debate sobre aspectos sociais, políticos e filosóficos da atualidade; e no ambiente político enquanto militante do Partido Comunista, participando ativamente, como vimos, das articulações que visavam à composição de uma ampla frente política contra o Regime Militar. Dentro de determinados limites, entretanto, procura manter-se distante de uma visão militante clássica, recusando os lugares-comuns do discurso político de esquerda e as limitações impostas pelos compromissos partidários. Ao insistir nos aspectos formais da luta pela restauração das liberdades democráticas, o editor dá sinais de que efetivamente o faz não somente enquanto artifício tático, conforme aparece nos documentos do Partido Comunista. Ênio Silveira, desta forma, antecipa, no Brasil, a concepção de uma democracia como "valor universal", conforme expressão utilizada por Carlos Nelson Coutinho em artigo publicado originalmente na revista Encontros com a Civilização Brasileira, em 1979, valendo-se da crise, que se intensificava, do modelo teórico marxista-leninista. A análise que permite compreender as condições do sucesso de Ênio Silveira é extremamente elucidativa do próprio funcionamento do campo intelectual no Brasil dos anos 60 e 70. Podemos verificar que entre as condições que permitiram a consagração de Ênio Silveira e o sucesso da Editora Civilização Brasileira estão a crise de uma cultura de esquerda com uma herança fortemente centralizadora; a necessidade de repensar as formas particulares de organização, mobilização e ação política das esquerdas no Brasil; e um cenário político e intelectual nacional propício a que se abram as discussões para temas que, transcendendo a realidade política imediata, têm validade universal como, por exemplo, as guerras de libertação e a identidade nacional, e o autoritarismo. Além disso, entre as razões ligadas propriamente ao funcionamento do mercado intelectual, é necessário destacar o fato de que a Civilização Brasileira se tornou, naqueles tempos, o escoadouro para um segmento da intelectualidade que vê se fecharem vários outros espaços de produção e divulgação de suas idéias.

Ênio Silveira rompe, portanto, com a visão instrumental da cultura ainda predominante nas esquerdas brasileiras dos anos 60 e 70. Assim, o editor, no bojo dos eventos que provocaram a autocrítica do Partido Comunista a partir do final dos anos 50, vale-se dos primeiros momentos da crise de um modelo para procurar difundir sua concepção de cultura de fundo universalista e humanista. É certo que a inserção de Ênio Silveira nos meios políticos de esquerda não ocorre, como pudemos verificar, de maneira pacífica, mas é mediatizada pelo prestígio conquistado através do exercício de uma intensa atividade intelectual e política, colocando-se “acima” de muitas divergências no interior das searas esquerdistas. Procura, assim, o editor, combinar o exercício da atividade partidária com a tarefa, ou “missão”, de divulgação cultural.

### 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALVES, Hermano. Semente de ódios. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 341-343, 1965. (artigo publicado no *Correio da Manhã*, 28/05/65).
- 2 ALVIM, Thereza Cesário. *O Golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979. 219p.
- 3 ARGOLO, José Amaral, RIBEIRO, Katia, FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil : a história do grupo secreto que aterrorizou o país com suas ações*. Rio de Janeiro : Mauad, 1996. 332p.
- 4 ASSIM vai o mundo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 102-106, 1966.
- 5 ATO Institucional n. 3. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 370-371, 1966. (editorial do *Correio da Manhã*, 06/2/66).
- 6 BRAGA, Rubem. Prisão de um editor. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 346-347, 1965 (artigo publicado no *Jornal do Brasil*, 30/5/65).
- 7 BOURDIEU, Pierre. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. In: MICELI, S. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo : Perspectiva, 1987a.
- 8 BOURDIEU, Pierre. Champ intellectuel et projet créateur. *Les Temps Modernes - Problèmes du structuralisme*, Paris, n. 246, 1966.
- 9 BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: MICELI, S. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo : Perspectiva, 1974. 361p.
- 10 BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris : Les Editions de Minuit, 1987b.
- 11 BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris : Les Editions de Minuit, 1979.

- 12 BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Paris : Les Editions de Minuit, 1984b.
- 13 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa : Difel/Bertrand Brasil, 1989. 311p.
- 14 BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris : Les Editions de Minuit, 1984a.
- 15 BOURDIEU, Pierre. *Raisons pratiques : sur la théorie de l'action*. Paris : Editions du Seuil, 1994.
- 16 BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art : genèse et structure du champ littéraire*. Paris : Editions du Seuil, 1992.
- 17 BOURDIEU, Pierre. La responsabilidade dos intelectuais. *Liber - Revue Européenne des Livres*, n. 14, p. 2, 1993.
- 18 BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Loïc J. D. *Réponses*. Paris : Editions du Seuil, 1992.
- 19 BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1991. 255p.
- 20 CALLADO, Antônio. Este é um país hostil a editores e hortênsias. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 jan. 1996.
- 21 CARPEAUX, Otto Maria. *O Brasil no espelho do mundo: crônicas de política internacional e nacional*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1965a.
- 22 CARPEAUX, Otto Maria. A descida da latitude. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 85-88, 1965b.
- 23 CARPEAUX, Otto Maria. O estruturalismo é o ópio dos literatos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 245-250, 1967c.
- 24 CARPEAUX, Otto Maria. O golpe argentino e os golpes. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 35-36, 1966b.
- 25 CARPEAUX, Otto Maria. Uma decadência americana. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 11-12, 1967a.
- 26 CARPEAUX, Otto Maria. Vamos encarar, sem ilusões, a realidade. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 75-78, 1967b.
- 27 CARPEAUX, Otto Maria. A vida de Gramsci. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 337-347, 1966a.
- 28 CASTRO, Moacyr Werneck de. Ênio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1996.
- 29 CONDIÇÕES e perspectivas da política brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, p. 5-21, n. 1, 1965.
- 30 CONY, Carlos Heitor. Anistia. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, 1965.
- 31 CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato : crônicas políticas*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979. 199 p.
- 32 CONY, Carlos Heitor. Réquiem para um escoteiro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 out. 1996.
- 33 COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil : ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte : Nossa Terra, 1990.
- 34 COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-47, 1979.

## Ênio Silveira e a Civilização Brasileira

- 35 D'ARAÚJO, Maria Celina et al (Org.) *Visões do golpe : a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.
- 36 DOIS anos de RCB. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 3-4, 1967.
- 37 DUAS perdas irreparáveis. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9-10, p. 3-5, 1966.
- 38 ECOS da história da 'História nova'. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 313-318, 1966.
- 39 A ESCALADA cultural no Brasil de hoje. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 11-12, 1967.
- 40 O EQUILÍBRIO. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 121-125, 1966
- 41 ESPÍRITO policial. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 5-6, 372-373, 1966. (editorial do *Jornal do Brasil*, 22/01/66).
- 42 FÉLIX, Moacyr. *Antologia poética*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1993.
- 43 FÉLIX, Moacyr. Depoimento a Jalusa Barcellos. In: BARCELLOS, J. *CPC da UNE : uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994.
- 44 FERNANDES, Florestan. A 'revolução brasileira' e os intelectuais. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 325-337, 1965.
- 45 FRANCIS, Paulo. 1º aniversário do golpe. Quem deu, quem levou, reações possíveis. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 61-70, 1965.
- 46 FRANCIS, Paulo. Tempos de Goulart. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.7, p. 75-91, 1966.
- 47 FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994. 207p.
- 48 GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro? : depoimento*. 11. ed. Rio de Janeiro : Codecri, 1979. 190p. (Coleção Edições doPasquim, 66).
- 49 GARCIA JR., Afrânio. O Brasil como representação. *Comunicação*, n. 6, 1981.
- 50 GARCIA JR., Afrânio. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 98, p. 20-33, 1993.
- 51 GERAÇÃO em ocaso. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 435-436, (editorial do *Jornal do Brasil*, 02/06/66).
- 52 GOMES, Dias. Ênio: um herói da resistência. *O Dia*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1996.
- 53 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas : a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo : Ática, 1990.
- 54 GULLAR, Ferreira. Ênio presente. *Correio das Artes*, (suplemento literário do jornal *A União*), João Pessoa, 17/03/96
- 55 GULLAR, Ferreira. Problemas estéticos na sociedade de massa. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 179-191, 1966a.
- 56 GULLAR, Ferreira. Problemas estéticos na sociedade de massa (II). *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 233-250, 1966b.

- 57 GULLAR, Ferreira. Problemas estéticos na sociedade de massa (conclusão). *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 8, 243-249, 1966c.
- 58 HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil : sua história*. São Paulo : EDUSP, 1985. 693p. il.
- 59 HOUAISS, Antônio. Chama viva de vida. *A União*, João Pessoa, 17 mar. 1996. Correio das Artes, suplemento literário.
- 60 KONDER, Leandro. O Francis liberal peca pela intolerância". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 mar. 1994.
- 61 KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1991. 132p. (Coleção Nossa Terra).
- 62 KONDER, Leandro. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 15, 135-145, 1967.
- 63 KONDER, Leandro. Sua excelência: Ênio Silveira. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1996.
- 64 MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro : Zahar, 1968.
- 65 MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo : Perspectiva/EDUSP, 1974. 208p.
- 66 MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1982)*. São Paulo : Global, 1980.
- 67 MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo : Cultrix, 1977. v. 7. 1933-1960.
- 68 MARTINS, Luciano. Aspectos políticos da revolução brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 15-37, 1965.
- 69 MARTINS, Luciano. A gênese de uma *intelligentsia*: os intelectuais e a política no Brasil - 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 65-87, jun. 1987.
- 70 MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo : Difel, 1979. 210p. il. (Corpo e alma do Brasil, 57).
- 71 MOREL, Edmar. *O Golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1965. 276p. (Retratos do Brasil, 1964).
- 72 MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974 : pontos de partida para uma revisão histórica*. 3. ed.. São Paulo : Ática, 1977. 303p. il. (Ensaio, 30).
- 73 PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo : Ática, 1990. 335p. (Série Temas. Sociologia e Política, v. 16).
- 74 PERSPECTIVAS sombrias. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 3, 345-346, (editorial da *Folha de São Paulo*, 29/05/65).
- 75 PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e 'Coleções Brasileira' nas décadas de 30, 40 e 50". In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo : Vértice: IDESP, 1989. v. 1.
- 76 PRINCÍPIOS e propósitos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-4, 1965.
- 77 O PROBLEMA da sucessão. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 5-8, 1966.

## Ênio Silveira e a Civilização Brasileira

- 78 PROENÇA, Manoel Cavalcanti. A duas pontas da hierarquia. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9-10, p. 7-16, 1966c.
- 79 PROENÇA, Manoel Cavalcanti. A disseminação de abril. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 3-13, 1966a.
- 80 PROENÇA, Manoel Cavalcanti. Flora mutável. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 3-7, 1966b.
- 81 PROENÇA, Manoel Cavalcanti. *Seleção*. Rio de Janeiro : José Olympio, Brasília : INL, 1976. 226p.
- 82 REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986. 101p. (Coleção pensamento crítico, v. 66).
- 83 RETORNO à Constituição, *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 437-438, 1966.
- 84 SANT'ANNA, Afonso Romano de. Histórias de Ênio. *A União*, João Pessoa, 17 mar. 1996. Correio das Artes, suplemento literário.
- 85 SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A imaginação político-social brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 2/3, p. 182-193, 1967.
- 86 SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 137-160, 1970.
- 87 SARTRE, Jean-Paul. Playdoyer pour les intellectuels. In: SARTRE, Jean-Paul. *Situations, VIII*. Paris : Gallimard, 1972a.
- 88 SARTRE, Jean-Paul. Le peuple brésilien sous le feu croisé des bourgeois. In: SARTRE, Jean-Paul. *Situations, VIII*. Paris : Gallimard, 1972b.
- 89 SARTRE, Jean-Paul. "Présentation des Temps Modernes". In: SARTRE, Jean-Paul. *Situations, II*. Paris : Gallimard, 1948.
- 90 SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969: alguns esquemas. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo : Paz e Terra, 1978.
- 91 SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2. ed. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1989. 135p.
- 92 SILVEIRA, Ênio. Civilização Brasileira, primeiros tempos. *CBL Informa : Revista Mensal da Câmara Brasileira do Livro*, n. 126, p. 14-15, set. 1993a.
- 93 SILVEIRA, Ênio. Civilização Brasileira, tempos saudosos. *CBL Informa : Revista Mensal da Câmara Brasileira do Livro*, n. 127, p. 13-15, out. 1993b.
- 94 SILVEIRA, Ênio. Depoimento. *Jornal do SNEL*, Rio de Janeiro, n. 2, jun. 1988.
- 95 SILVEIRA, Ênio. *Ênio Silveira*. São Paulo : EDUSP/Com-Arte, 1992a. (Coleção Editando o Editor, 3).
- 96 SILVEIRA, Ênio. A farsa de abril ou o mito da honradez cívica. In: CONY, C. H. *O ato e o fato : crônicas políticas*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979. Prefácio.
- 97 SILVEIRA, Ênio. O homem da Civilização Brasileira. *Atenção!*, v. 2, n. 3, p. 56-61, fev. 1996. Entrevista.
- 98 SILVEIRA, Ênio. Memórias provocadoras de um editor também. *Leia*, n. 143, p. 34-36, dez. 1990.

## Luiz Renato Vieira

- 99 SILVEIRA, Ênio. O P.E.N. Club na visão de um editor. In: CONVIVÊNCIA. Rio de Janeiro : P.E.N. Clube do Brasil, 1992b.
- 100 SILVEIRA, Ênio. Primeira epístola ao marechal: sobre o 'delito de opinião'. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.3, p. 3-11, 1965a.
- 101 SILVEIRA, Ênio. Segunda epístola ao marechal: sobre a vara de marmelo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 3-8, 1965b.
- 102 SILVEIRA, Ênio. A URSS hoje: rumo ao cosmos e ao conforto pessoal. *Revista Civilização Brasileira, Caderno Especial*, Rio de Janeiro, n. 1, p. VII-XVIII, 1967.
- 103 SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco* : 1930-1964. 6. ed. Rio de Janeiro : Saga, 1979.
- 104 SODRÉ, Nelson Werneck. O controle da imprensa. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966. 583p.(Coleção Retratos do Brasil, 51).
- 105 SODRÉ, Nelson Werneck. *Em defesa da cultura*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1988. 377p.
- 106 SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã* : memórias do Golpe de 64. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1994. 327p.
- 107 SODRÉ, Nelson Werneck. História da 'História nova'. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 27-40, 1965a.
- 108 SODRÉ, Nelson Werneck. Moacyr Félix, o poeta. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 21 ago. 1995.
- 109 SODRÉ, Nelson Werneck. Momento literário. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 157, 1965b.
- 110 SODRÉ, Nelson Werneck. O momento literário. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 213-228, 1967.
- 111 SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1992.
- 112 SODRÉ, Nelson Werneck. Posição e responsabilidade dos intelectuais. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 99-122, dez. 1979.
- 113 O TERRORISMO cultural. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 239-297, 1965.
- 114 O TRONO de Macbeth. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 11-12, p. 3-10, 1967.
- 115 VENTURA, Zuenir. 1968 : o ano que não terminou. 10. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1988.
- 116 VIANNA, Luiz Werneck. Problemas de política e de organização dos intelectuais. *Presença*, São Paulo, n. 1, p. 137-151, nov. 1983.
- 117 VIOLÊNCIA contra a História nova. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 361-382, 1965.
- 118 WEFFORT, Francisco. Raízes sociais do populismo em São Paulo". *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 39-60, 1965.
- 119 WEFFORT, Francisco. Estado e massas no Brasil". *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 137-158, 1966.

## Ênio Silveira e a Civilização Brasileira

120 WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

### **Enio Silveira and the Civilização Brasileira publishing house: notes for a Brazilian editorial market sociology**

The objective of this article is to present an analysis of the Brazilian cultural production field, with an emphasis on the editorial market, between the 50 and the 70 decades. The analysis binder is the biography of editor Ênio Silveira, through which an identification of the trajectory of a segment of the Brazilian intellectuality is sought, in relation to the changes occurs in the political sector in the country. The 1964 "Coup d'État", therefore, appears as a turning point, not only in the production of political ideas, but also in the core of the relationship between the intellectuals and the State. Both the professional and the ideological trajectories of these characters and of their main institutions, throughout the recent political process, allows to foresee, therefore, aspects of the logic that presides the legitimation dynamics and the actual intellectual consecration in the intellectual Brazilian scenery.

**Key words:** Ênio Silveira – biography. Editora Civilização Brasileira publishing house – history. Brazilian editorial market sociology.

---

#### **Luiz Renato Vieira**

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Assessor Técnico do Senado Federal.

Caixa Postal 6246

70749-970

Brasília, DF

---